

**Progressos, boas práticas e
lições aprendidas, desafios e
oportunidades na aplicação dos
conhecimentos tradicionais, dos
conhecimentos
dos povos indígenas e dos
sistemas locais de
conhecimento na adaptação**

RESUMO DA POLÍTICA DO GRUPO DE TRABALHO
NAP DO COMITÉ DE ADAPTAÇÃO



United Nations
Climate Change

© 2024 UNFCCC

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Protocolo de Quioto e Acordo de Paris

Todos os direitos reservados.

Esta publicação é emitida apenas para fins de informação pública, incluindo quaisquer referências à Convenção, ao Protocolo de Quioto e ao Acordo de Paris, e quaisquer decisões relevantes a respeito. Não se assume qualquer responsabilidade pela exatidão ou utilização das informações fornecidas.

Licença Creative Commons

Esta publicação está licenciada ao abrigo de uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional. Os excertos desta publicação podem ser citados e reproduzidos livremente desde que i) a fonte seja citada, ii) o material não seja utilizado para fins comerciais e iii) quaisquer adaptações do material sejam distribuídas ao abrigo da mesma licença.

Todas as imagens permanecem propriedade exclusiva da sua fonte e não podem ser utilizadas para qualquer fim sem autorização escrita da fonte.



United Nations
Climate Change

A utilização e exibição do logótipo da CQNUAC, incluindo o seu emblema, é altamente restrita e essencialmente limitada às actividades da organização. Não é permitido utilizar qualquer emblema, bandeira ou logótipo oficial da CQNUAC, ou qualquer outro meio de promoção ou publicidade, para representar ou implicar uma associação ou filiação com a CQNUAC ou o seu secretariado sem o consentimento prévio por escrito do secretariado da CQNUAC.

Para mais informações, contactar:

Escritório principal
Secretariado da
UNFCCC Campus da
ONU
Platz der Vereinten Nationen 1 53113
Bonn
Alemanha

Telefone +49. 228. 815-10 00 Email:
secretariat@unfccc.int Sítio Web:
<https://unfccc.int>



RESUMO EXECUTIVO

Reconhecendo a importância da integração de diversos sistemas de conhecimento nas respostas de adaptação, e de forma a apoiar as Partes neste esforço, os membros do Grupo de Trabalho do Comité de Adaptação para os Planos Nacionais de Adaptação (Grupo de Trabalho PNA) decidiram preparar este resumo de política para fornecer informações sobre boas práticas, lições aprendidas, desafios e oportunidades na aplicação do conhecimento tradicional, conhecimento dos Povos Indígenas e sistemas de conhecimento local (TILKS) na adaptação. O objetivo é informar os profissionais e os decisores políticos nos seus esforços de planeamento e implementação da adaptação, bem como os organismos constituídos no âmbito da UN-FCCC e do Acordo de Paris, e outras partes interessadas importantes, para que incorporem mais estes sistemas de conhecimento no seu trabalho.

Conforme detalhado neste resumo, o TILKS pode contribuir significativamente para os esforços de adaptação, inclusive como fonte de informações sobre os impactos das mudanças climáticas, bem como sobre opções de adaptação viáveis que sejam localmente apropriadas, socioculturais, sustentáveis, resilientes, adaptáveis e económicas. A integração do TILKS no conhecimento científico, nas soluções correntes e nas novas tecnologias pode aumentar a eficácia dos esforços de adaptação. É importante salientar que a utilização de TILKS deve ser implementada com o envolvimento ético e equitativo dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

As TILKS têm um papel a desempenhar em todas as fases do ciclo de adaptação iterativo, incluindo o impacto,

vulnerabilidade e avaliação de riscos; planeamento da adaptação; implementação; e monitorização, avaliação e aprendizagem; bem como factores facilitadores, tais como instrumentos de financiamento específicos, mecanismos de sensibilização e disposições institucionais responsáveis. É apresentada informação relevante sobre como incorporar as TILKS em cada fase, incluindo através de estudos de caso e exemplos de boas práticas de diferentes regiões.

Uma avaliação dos relatórios nacionais no âmbito do processo da UNFCCC, incluída neste resumo, mostra que os governos têm vindo a reconhecer cada vez mais a importância das TILKS na adaptação. No entanto, a inclusão e aplicação destes sistemas de conhecimento varia, salientando a necessidade de uma ação reforçada a este respeito.

A adaptação transformacional e incremental a longo prazo, bem como as abordagens holísticas, oferecem uma oportunidade para integrar as TILKS, incluindo os entendimentos indígenas dos direitos da natureza e a profunda interligação da humanidade com o ambiente natural. Além disso, a implementação de medidas de adaptação baseadas nas TILKS pode contribuir para a realização dos objectivos do Quadro dos EAU para a Resiliência Climática Global.

Com base na informação apresentada, são oferecidas recomendações específicas para que os governos, organismos constituídos e outras partes interessadas envolvidas em acções de adaptação continuem a aplicar as TILKS.

I.

II.

III.

IV.

V.

VI.

VII.

VIII.

IX.



ÍNDICE DE CONTEÚDOS

I.	INTRODUÇÃO	3
	1. Antecedentes	3
	2. Objetivo	4
II.	DEFINIÇÕES	5
III.	RELEVÂNCIA DA INCORPORAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E SISTEMAS DE CONHECIMENTOS LOCAIS NA ADAPTAÇÃO	7
IV.	BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS COM A INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, DOS CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E SISTEMAS LOCAIS DE CONHECIMENTO NO CICLO DE ADAPTAÇÃO	9
	a) Avaliações de impacto, vulnerabilidade e risco	10
	b) Planeamento	12
	c) Implementação	14
	d) Controlo, avaliação e aprendizagem (MEL)	17
	e) Sensibilização, educação e partilha de conhecimentos	21
	f) Finanças, tecnologia e reforço das capacidades	22
	g) Disposições institucionais favoráveis	24
V.	DESAFIOS E OPORTUNIDADES	27
VI.	AVALIAÇÃO DOS PROGRESSOS REALIZADOS NA INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, DOS CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E DOS SISTEMAS DE CONHECIMENTOS LOCAIS NO PLANEAMENTO DA ADAPTAÇÃO, COM BASE NAS INFORMAÇÕES COMUNICADAS PELAS PARTES ATRAVÉS DOS NAPS, NDCS E ADCOMS	29
VII.	TRABALHO RELEVANTE DOS MEMBROS E COLABORADORES DO GRUPO DE TRABALHO NAP	37
	1. Comité de Adaptação (CA)	37
	2. Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas: Promover o Envolvimento Ético e Equitativo do Conhecimento dos Povos Indígenas e Sistemas Locais de Conhecimento na Adaptação ao Clima	38
	3. Grupo de Peritos dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)	39
	4. Fundo Mundial para o Ambiente (GEF)	40
	5. Fundo Verde para o Clima (GCF)	41
	6. Comité Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para perdas e danos perdas e danos (WIM ExCom)	41
VIII.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	43
IX.	REFERÊNCIAS	45

I. INTRODUÇÃO

1. Antecedentes

As Partes da UNFCCC e do Acordo de Paris reconheceram consistentemente o importante papel dos sistemas de conhecimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais para lidar com as alterações climáticas. O artigo 7.º do Acordo de Paris reconhece que as acções de adaptação devem ser baseadas e orientadas pela melhor ciência disponível e, se for caso disso, pelo conhecimento tradicional, pelo conhecimento dos povos indígenas e pelos sistemas de conhecimento local (TILKS).

Além disso, diferentes decisões no âmbito da CQNUAC e do Acordo de Paris instam as Partes a envolver ativamente os povos indígenas e as comunidades locais na conceção e aplicação das políticas climáticas e convidam as Partes e outras partes interessadas a reforçar o envolvimento dos povos indígenas e das comunidades locais na adaptação às alterações climáticas.

dos povos indígenas e dos representantes das comunidades locais na resposta às alterações climáticas de formas diversas e inovadoras.¹

Em 2023, as Partes no Acordo de Paris adotaram o Quadro dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global através da decisão 2/CMA.5, que tem em conta as visões do mundo e os valores dos Povos Indígenas para apoiar a realização do objetivo global de adaptação; e que inclui uma meta temática até 2030, e progressivamente mais além, para "proteger o património cultural dos impactos dos riscos relacionados com o clima, desenvolvendo estratégias adaptativas para preservar as práticas culturais e os sítios patrimoniais e concebendo infraestruturas resistentes ao clima, orientadas pelo conhecimento tradicional, pelo conhecimento dos Povos Indígenas e pelos sistemas de conhecimento local".



© Norbert Braun / Unsplash

¹ Ver decisões 9/CP.24, 1/CP.26, 16/CP.26, 1/CMA.3, 1/CMA.5.

Na mesma decisão, as Partes sublinharam que "a ação de adaptação deve basear-se e ser orientada, conforme apropriado, pelo conhecimento tradicional, pelo conhecimento dos Povos Indígenas e pelos sistemas de conhecimento local", e reconheceram a "liderança dos Povos Indígenas e das comunidades locais como administradores da natureza, encorajando o envolvimento ético e equitativo com os Povos Indígenas e as comunidades locais e a aplicação dos conhecimentos tradicionais, dos conhecimentos, da sabedoria e dos valores dos Povos Indígenas e dos sistemas de conhecimentos locais na implementação da Estratégia dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global".²

Reconhecendo a importância da integração de diversos sistemas de conhecimento nas respostas de adaptação, e a fim de apoiar as Partes neste esforço, os membros do Grupo de Trabalho do Comitê de Adaptação (CA) sobre os Planos Nacionais de Adaptação (Grupo de Trabalho PNA) decidiram preparar um resumo de políticas sobre "progresso, boas práticas e lições aprendidas, desafios e oportunidades na aplicação do conhecimento tradicional, conhecimento dos povos indígenas e sistemas de conhecimento local na adaptação" no âmbito do seu plano de trabalho flexível para 2022-2024.³

O resumo de políticas inclui informações identificadas pelo CC e por outros órgãos constituídos relevantes a partir de relatórios apresentados pelas Partes (Planos Nacionais de Adaptação (PNA), Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CDN) e Comunicações de Adaptação (CDA)), bem como outras fontes relevantes. Os estudos de caso baseiam-se em informações públicas, incluindo os relatórios nacionais oficialmente apresentados ao secretariado da CQNUAC.⁴

2. Objetivo

O objetivo do resumo de políticas é fornecer informações sobre boas práticas, lições aprendidas, desafios e oportunidades na aplicação das TILKS na adaptação, para informar os profissionais e decisores políticos nos seus esforços de planeamento e implementação da adaptação. Além disso, a informação pretende ser uma ferramenta para os organismos constituídos no âmbito da CQNUAC e do Acordo de Paris, bem como para outras partes interessadas importantes, para que possam incorporar mais estes sistemas de conhecimento no seu trabalho.



© Bob Brewer / Unsplash

² Ver decisão 2/CMA.5.

³ Ver documento AC21/INFO/7C em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/ac21_7c_naptf.pdf

⁴ Este resumo de políticas apresenta exemplos de boas práticas na aplicação de conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos Povos Indígenas e sistemas de conhecimentos locais na adaptação, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos, com vista a fornecer informações que possam ser úteis para a formulação e implementação de PNA por parte dos países em desenvolvimento, de acordo com os objetivos do Grupo de Trabalho dos PNA, bem como apresentar um espetro mais amplo de informações para todos os utilizadores. Os estudos de caso dos países desenvolvidos destinam-se à partilha de conhecimentos e não devem ser utilizados como base para uma análise comparativa entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Este resumo não tem como objetivo apresentar um conjunto abrangente de estudos de caso sobre conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos Povos Indígenas e sistemas de conhecimentos locais na adaptação. Para mais informações sobre a Taskforce PNA, incluindo o seu mandato, consultar: <https://unfccc.int/process-and-meetings/bodies/constituted-bodies/adaptation-committee-ac/AC-NAPTF>.



II. DEFINIÇÕES⁵

O Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas (LCIPP) sublinhou no seu relatório de 2024 que "os Povos Indígenas e as comunidades locais são muitas vezes vistos erradamente como grupos homogêneos".⁶ Reconhecendo a diversidade de sistemas de conhecimento e as experiências ricas e distintas, os valores culturais e as visões do mundo que esses sistemas incorporam e transmitem, este resumo de política utilizará o texto de decisão da COP existente ao referir-se aos diferentes sistemas de conhecimento como "conhecimento tradicional, conhecimento dos povos indígenas e sistemas de conhecimento local".⁷

O glossário da Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (IPCC 2022a) inclui as seguintes definições de conhecimentos dos povos indígenas e locais:

a) Conhecimentos indígenas: "Os conhecimentos, competências e filosofias desenvolvidos por sociedades com longas histórias de interação com o seu ambiente natural. Para muitos povos indígenas, [o conhecimento indígena] informa a tomada de decisões sobre aspectos fundamentais da vida, desde as actividades quotidianas até às acções a longo prazo. Este conhecimento é parte integrante dos complexos culturais, que também englobam a língua, os sistemas de classificação, as práticas de utilização dos recursos, as interações sociais, os valores, os rituais e a espiritualidade".

b) Conhecimento local: "As compreensões e competências desenvolvidas por indivíduos e populações, específicas dos locais onde vivem. O conhecimento local informa a tomada de decisões sobre aspectos fundamentais

fundamentais da vida, desde as actividades quotidianas até às acções a longo prazo. Este conhecimento é um elemento-chave dos sistemas sociais e culturais que influenciam as observações e as respostas às alterações climáticas."

Não existe uma definição universalmente aceite a nível internacional de conhecimentos tradicionais. Por exemplo, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) utiliza a seguinte definição de trabalho: "**O conhecimento tradicional** é o conhecimento, o saber-fazer, as competências e as práticas que são desenvolvidas, sustentadas e transmitidas de geração em geração no seio de uma comunidade, fazendo frequentemente parte da sua identidade cultural ou espiritual" (OMPI, n.d.).

De acordo com o Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica,

"**O conhecimento tradicional** refere-se aos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais em todo o mundo. Desenvolvido a partir da experiência adquirida ao longo dos séculos e adaptado à cultura e ao ambiente locais, o conhecimento tradicional é transmitido oralmente de geração em geração. É geralmente de propriedade colectiva e assume a forma de histórias, canções, folclore, provérbios, valores culturais, crenças, rituais, leis comunitárias, língua local e práticas agrícolas, incluindo o desenvolvimento de espécies vegetais e raças de animais. Por vezes, é referido como uma tradição oral, pois é praticado, cantado, dançado, pintado, esculpido, cantado e representado ao longo de milénios. Os conhecimentos tradicionais são sobretudo de natureza prática, nomeadamente em domínios como

5 A inclusão das definições nesta secção é fornecida como informação de base para o leitor e não implica a sua aprovação pelo Comité de Adaptação ou pelos membros e colaboradores do seu Grupo de Trabalho do PNA.

6 Ver o relatório do FWG, documento FCCC/SBSTA/2024/1, disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sbsta2024_01E.pdf.

7 Ver decisão 2/CP.23, parágrafo 6.

agricultura, pescas, saúde, horticultura, silvicultura e gestão ambiental em geral" (CBD, n.d.).

Os sistemas de conhecimento são definidos como "estruturas organizadas e processos dinâmicos que geram e representam conteúdos, componentes, classes ou tipos de conhecimento, que são específicos da ação ou caracterizados por características relevantes para o domínio, tal como definidas pelo utilizador ou consumidor, reforçados por um conjunto de relações lógicas que ligam o conteúdo do conhecimento ao seu valor (utilidade), [e] reforçados por um conjunto de processos iterativos que permitem a evolução, revisão, adaptação e avanços" (IPBES 2021).⁸

Estas definições fornecem uma base de compreensão do carácter dos TILKS, incluindo o facto de estes sistemas de conhecimento estarem frequentemente ligados a valores culturais, visões do mundo e identidades. Em muitos casos, por exemplo, os sistemas de conhecimento indígenas baseiam-se numa compreensão holística da natureza, que liga os seres humanos aos elementos naturais de várias maneiras (IPBES 2019).

Além disso, os TILKS, em contraste com o conhecimento científico, são geralmente específicos do contexto,

multifuncionais e "adquiridos através de processos de experiência e interação com o mundo físico circundante" (IPCC 2019). Nesse sentido, o desenraizamento ou a ampliação do conhecimento tradicional, do conhecimento dos Povos Indígenas e do conhecimento local deve ser feito com cuidado, considerando que alguns dos conhecimentos podem não ser aplicáveis a outros contextos (UNDRR e ICCROM 2022).

Para além disso, é importante salientar que os TILKS não são estáticos. Em vez disso, cada geração avalia e adapta o conhecimento herdado, criando e acrescentando novos conhecimentos que são coletivamente partilhados e reformulados de acordo com os valores sociais. A natureza dinâmica destes sistemas de conhecimento permite-lhes ser resilientes e responder às alterações climáticas (UNESCO 2018). Ao mesmo tempo, existe um grau variável de integração destes sistemas de conhecimento nos estilos de vida modernos (IPBES 2019).

Além disso, é importante ter em conta que nem todos os membros de uma comunidade têm acesso aos mesmos conhecimentos tradicionais, indígenas ou locais, uma vez que o acesso pode depender da idade, hierarquias, género ou outros determinantes sociais e culturais (UNDRR e ICCROM 2022).



8 A utilização do termo "sistemas de conhecimento" neste documento de orientação política não pretende implicar a exclusão de elementos específicos do conhecimento tradicional, do conhecimento dos povos indígenas e do conhecimento local fora dos sistemas de conhecimento globais de que fazem parte.

III. RELEVÂNCIA DA INCORPORAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E SISTEMAS DE CONHECIMENTOS LOCAIS EM ADAPTAÇÃO

A nível mundial, os povos indígenas e as comunidades locais são alguns dos grupos mais afectados pelas alterações climáticas, uma vez que os seus meios de subsistência estão frequentemente ligados aos recursos naturais. De acordo com o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, a "perda de ecossistemas e dos seus serviços relacionada com as alterações climáticas tem impactos em cascata e a longo prazo nas pessoas a nível global, especialmente para os Povos Indígenas e as comunidades locais que dependem diretamente dos ecossistemas para satisfazer as necessidades básicas" (IPCC 2023). Além disso, os Povos Indígenas estão, em muitos casos, entre as populações mais pobres e marginalizadas em todo o mundo, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas (Conselho de Direitos Humanos da ONU 2017). Por outro lado, os Povos Indígenas e as comunidades locais são agentes instrumentais de mudança para a resposta climática global.

"Os sistemas e práticas de conhecimento indígena, local e tradicional, incluindo a visão holística que os povos indígenas têm da comunidade e do ambiente, são um recurso importante para a adaptação às alterações climáticas, mas não têm sido utilizados de forma consistente nos esforços de adaptação existentes. A integração de tais formas de conhecimento nas práticas existentes aumenta a eficácia da adaptação" (IPCC 2014). Além disso, "o conhecimento indígena contém fontes de informação únicas sobre alterações passadas e potenciais soluções para questões actuais" (IPCC 2022b). As secções seguintes contêm exemplos concretos e mais informações a este respeito.

A última avaliação do IPCC afirma que "a cooperação e a tomada de decisões inclusiva com os Povos Indígenas e as comunidades locais, como

bem como o reconhecimento dos direitos inerentes aos Povos Indígenas, é parte integrante de uma adaptação e mitigação bem-sucedidas", e que "com base em diversos conhecimentos e valores culturais, a participação significativa e os processos de envolvimento inclusivo - incluindo o conhecimento indígena, o conhecimento local e o conhecimento científico - facilitam o desenvolvimento resiliente ao clima, criam capacidade e permitem soluções localmente adequadas e socialmente aceitáveis" (IPCC 2023).

Os povos indígenas e as comunidades locais têm um conhecimento profundo dos ambientes que os rodeiam, construído ao longo de gerações pela observação e gestão da natureza. Embora este conhecimento seja particularmente relevante para os esforços de adaptação local, as práticas e os conhecimentos do TILKS podem fornecer informações e ferramentas valiosas para uma aplicação mais ampla e cenários de grande escala (UNESCO 2018).

As TILKS podem contribuir para a compreensão dos impactos das alterações climáticas a nível local, bem como para a identificação de opções de adaptação viáveis e adequadas ao ambiente natural e sociocultural, que sejam aceitáveis para as comunidades, de acordo com as suas prioridades, valores e visões do mundo. (Secretariado da CQNUAC 2013).

Além disso, a maioria das técnicas indígenas de gestão ambiental são sustentáveis a longo prazo, resilientes e capazes de se adaptar às mudanças ambientais em grande medida (UNESCO 2018).

É importante destacar que o TILKS pode fornecer insights e soluções que podem ser integrados em abordagens de adaptação transformacional. Em

A este respeito, o IPCC reconhece que "a transformação para um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas avança mais eficazmente quando os actores trabalham de forma inclusiva e capacitadora para conciliar interesses, valores e visões do mundo divergentes, com base em informações e conhecimentos sobre o risco climático e opções de adaptação derivadas de diferentes sistemas de conhecimento" (IPCC 2022b).

O conhecimento ecológico tradicional, por exemplo, pode "aproveitar de forma inteligente a energia dos ecossistemas e adaptar-se aos obstáculos ambientais", o que, se for ampliado, "poderia oferecer um novo caminho para reduzir exponencialmente a pegada ecológica da humanidade e mitigar o colapso previsto" (Watson 2020).



IV. BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS COM A INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, CONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS E DOS SISTEMAS DE CONHECIMENTO LOCAIS NO CICLO DE ADAPTAÇÃO

Os TILKS têm um papel a desempenhar em todas as fases do ciclo de adaptação iterativo, incluindo a avaliação do impacto, da vulnerabilidade e dos riscos; o planeamento da adaptação; a implementação; e a monitorização, avaliação e aprendizagem; bem como a contribuição para factores facilitadores, incluindo a sensibilização, a educação e a partilha de conhecimentos; o financiamento, a tecnologia e o desenvolvimento de capacidades; e o reforço das disposições institucionais.

É essencial garantir o envolvimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais ao incorporar as TILKS em cada fase do ciclo de adaptação. A este respeito, os seguintes pontos podem ser tomados em consideração, conforme apropriado e relevante (UNFCCC secretariat 2013):

- a) Estabelecer confiança e respeito mútuos;
- b) Envolvimento dos sistemas de conhecimento locais e indígenas em todas as fases de avaliação, desde a conceção até aos resultados;
- c) Reconhecer os proprietários de recursos, utilizadores e detentores de conhecimentos;
- d) Envolvimento de intermediários e líderes locais apropriados;
- e) Abordagens éticas;
- f) Consentimento livre, prévio e informado;
- g) Partilha de benefícios.

A este respeito, é importante notar que a utilização dos sistemas de conhecimentos indígenas e tradicionais em todos os domínios, incluindo a adaptação às alterações climáticas, está protegida por diferentes quadros jurídicos inter

nacionais. Por exemplo, o artigo 31.º da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas⁹ estabelece que "os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver a sua herança cultural, os seus conhecimentos tradicionais e as suas expressões culturais tradicionais, bem como as manifestações das suas ciências, tecnologias e culturas, incluindo os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os desportos e jogos tradicionais e as artes visuais e performativas. Têm também o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver a sua propriedade intelectual sobre esse património cultural, os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais".

Outro exemplo é o Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e a Partilha de Benefícios da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, que "aborda os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos com disposições sobre o acesso, a partilha de benefícios e o cumprimento. Aborda também os recursos genéticos em que as comunidades indígenas e locais têm o direito estabelecido de conceder acesso aos mesmos. As partes do Protocolo de Nagoya devem tomar medidas para garantir o consentimento prévio e informado das comunidades indígenas e locais e a partilha justa e equitativa dos benefícios, tendo em conta as leis e procedimentos consuetudinários, bem como a utilização e troca consuetudinárias de recursos genéticos" (CDB 2011).

9 Ver resolução A/RES/61/295.



a) Avaliação dos impactos, da vulnerabilidade e dos riscos

As avaliações de impactos, vulnerabilidades e riscos implicam a avaliação das implicações das alterações climáticas para a composição e o funcionamento dos sistemas naturais e sociais, incluindo o potencial para consequências adversas (riscos); a propensão ou predisposição para ser afetado negativamente (vulnerabilidade); e as consequências dos riscos concretizados (impactes) (IPCC 2022a; UNFCCC 2011). A análise dos dados climáticos e socioeconómicos para identificar e monitorizar a evolução dos impactos, vulnerabilidades e riscos é também uma parte essencial do processo, para o qual as observações sistemáticas e a modelação de cenários meteorológicos, climáticos e da biosfera têm um papel central a desempenhar.

Os métodos de observação e os registos indígenas e tradicionais sobre fenómenos meteorológicos, que têm orientado as actividades sazonais durante gerações, podem contribuir para a observação do clima, fornecendo informações a uma escala muito mais pequena e mais fina, destacando elementos que podem não ser normalmente considerados pelos cientistas do clima (UNESCO 2012).

Os Povos Indígenas e as comunidades locais têm frequentemente estilos de vida que exigem uma observação atenta e a interação com a terra e a água. Ao longo de gerações de interações com o seu ambiente, desenvolveram um conhecimento profundo da sua terra e uma consciência profunda dos impactos das alterações climáticas. Por exemplo, os curandeiros tradicionais conhecidos como Amchi, no distrito de Mu-stang, na região superior dos Himalaias, no Nepal, utilizam, há gerações, várias ervas para curar as pessoas. O conhecimento tradicional dos Amchi desempenha um papel significativo na adaptação às alterações climáticas, identificando os impactos das alterações climáticas nas plantas medicinais e ajudando a informar o desenvolvimento de planos de adaptação climática eficazes (FWG, 2023).

Os TILKS utilizam frequentemente indicadores não tidos em conta pela ciência moderna, como o comportamento animal, que, no entanto, podem fornecer informações exactas para prever os padrões meteorológicos e avaliar os impactos das alterações climáticas (TILKS, 2023).

para prever padrões climáticos e avaliar os impactos das alterações climáticas (Tfwala et al. 2023).

Além disso, as comunidades locais e indígenas podem ajudar a fornecer informações em tempo real sobre as áreas afectadas pelos impactos das alterações climáticas, complementando o que é observado a partir de imagens de satélite (GEO Indigenous Alliance 2021).

Além disso, a informação baseada no TILKS é, em muitos casos, mais familiar e incompreensível para as comunidades locais e indígenas, ao contrário da informação, ferramentas e sistemas baseados em tecnologias modernas, que podem não ser facilmente inteligíveis (Tfwala et al. 2023).

As comunidades locais e os Povos Indígenas têm um conhecimento multifacetado das catástrofes nos seus territórios, incluindo os riscos e impactos das alterações climáticas. Este conhecimento inclui informações sobre os riscos (perigos, exposição, vulnerabilidade e capacidades), bem como a forma como estes se traduzem em necessidades e prioridades em termos de acções de adaptação (UNDRR e ICCROM 2022).

Em particular, as comunidades locais e os Povos Indígenas são os mais bem posicionados para identificar as suas próprias vulnerabilidades às alterações climáticas, bem como informações sobre os impactos passados e actuais nos seus territórios com base nos seus conhecimentos e observações tradicionais, incluindo informações sobre a monitorização dos impactos na densidade e diversidade das plantas e da vida selvagem; impactos na saúde humana, dos animais e da vida selvagem; bem como impactos nos regimes tradicionais e comunitários de gestão da água e dos recursos naturais (Crawhall 2016).

A recolha de contributos das comunidades locais e dos Povos Indígenas sobre a forma como as alterações climáticas estão a afetar a sua segurança hídrica e alimentar, saúde, meios de subsistência, ambientes naturais, acesso a serviços e infra-estruturas é fundamental para avaliações inclusivas e participativas que conduzam a respostas de adaptação adequadas que possam proteger estas comunidades (Dazé, Ceinos e Deering 2020).

ESTUDO DE CASO 1

Serviços de Informação Climática para o Planeamento do Desenvolvimento Resiliente em Vanuatu

Ao longo de gerações, as populações de Vanuatu desenvolveram sistemas sofisticados de observação das suas aves, animais marinhos e plantas para poderem fazer previsões sobre o tempo e o clima, bem como para assinalar as épocas de colheita. Estes conhecimentos e práticas tradicionais têm sido utilizados pelas comunidades das ilhas do Pacífico antes da introdução de tecnologias e técnicas modernas. Reconhecendo a importância de integrar estes conhecimentos tradicionais locais nas soluções de adaptação, o programa "Serviços de Informação Climática para o Desenvolvimento Resiliente" tem componentes específicas para garantir que os conhecimentos locais sobre o tempo e o clima sejam também sistematicamente promovidos e divulgados, a par das previsões científicas ocidentais. Com o apoio do Fundo Verde para o Clima (GCF) e do Secretariado do Programa Regional para o Ambiente do Pacífico (SPREP), o Governo de Vanuatu, através do Departamento de Meteorologia e Geo-Perigos de Vanuatu (VMGD), tem vindo a reforçar os seus conhecimentos meteorológicos e bases de dados com os conhecimentos locais sobre o tempo e o clima.¹⁰ Organizaram eventos de formação e sensibilização sobre conhecimentos científicos e tradicionais, desenvolveram calendários de conhecimentos tradicionais provinciais e comunitários e um glossário de conhecimentos tradicionais. O folheto dos Indicadores Nacionais de Conhecimentos Tradicionais (VMGD, VanKIRAP e SPREP 2023) recolhe informações sobre 43 espécies indicadoras de conhecimentos tradicionais sobre o clima que são normalmente observadas pelas pessoas em todo o arquipélago de Vanuatu para prever o tempo e o clima. A aplicação móvel ClimateWatch permite a qualquer pessoa da comunidade registar os comportamentos relevantes de aves, outros animais ou plantas. Esta informação é depois enviada diretamente para o VMGD, que pode então analisar quaisquer tendências que as alterações climáticas possam ter nos padrões sazonais destas espécies indicadoras.



© Sebastian Luo / Unsplash

10 Ver: <https://www.greenclimate.fund/project/fp035>.

b) Planeamento

O planeamento da adaptação permite que os países identifiquem as necessidades e prioridades a curto, médio e longo prazo, e desenvolvam e implementem estratégias e programas para as enfrentar. O planeamento da adaptação procura reduzir a vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas através do reforço da capacidade de adaptação e da resiliência, bem como facilitar a integração da adaptação noutras políticas, incluindo o planeamento do desenvolvimento e as estratégias sectoriais a diferentes níveis e conforme apropriado (CQNUAC 2011).

As TILKS podem contribuir grandemente para o desenvolvimento de planos de adaptação eficazes e sustentáveis a diferentes níveis, incluindo os PAN, que sejam adaptados a contextos específicos e aceitáveis para as populações locais. A este respeito,

os princípios orientadores dos PAN¹¹ incluem um princípio relativo à "tomada em consideração dos conhecimentos tradicionais e indígenas".

Para incorporar eficazmente os TILKS nos planos de adaptação, é necessário incluir objectivos e acções específicos sobre este assunto.

Além disso, os TILKS fornecem opções e soluções de adaptação que podem ser incorporadas em planos e estratégias mais amplos, bem como ajudam na definição significativa de problemas e na priorização de questões.

A documentação das práticas tradicionais, indígenas e locais é fundamental para facilitar a sua integração nas políticas de adaptação nacionais e locais, incluindo o desenvolvimento de bases de dados acessíveis ou centros de conhecimento (Tfwala et al. 2023).

ESTUDO DE CASO 2

Os objectivos do PNA de Cabo Verde sobre conhecimentos locais e ancestrais para a adaptação

No seu PNA, Cabo Verde inclui diferentes objectivos e acções para integrar e transmitir os conhecimentos locais e ancestrais relacionados com a adaptação às alterações climáticas, nomeadamente

- Integração da inovação com os conhecimentos ancestrais, conforme refletido no plano de comunicação e mobilização para a resiliência climática;
- Uma iniciativa com o objetivo de "incentivar o interesse dos jovens em rever as boas práticas ancestrais com inovação, como as áreas da agricultura regenerativa e da pesca";
- Uma ação centrada na "transmissão de conhecimentos locais e ancestrais sobre observações de fenómenos climáticos, mecanismos de adaptação a eventos climáticos extremos";
- Uma atividade sobre a "integração de conhecimentos ancestrais e tecnologias de ponta de baixo custo e manutenção para aumentar a resiliência, facilitando a interação entre o conhecimento científico e o conhecimento local" (Ministério da Agricultura e Ambiente, Cabo Verde 2021).

11 Ver decisão 5/CP.17.



Além disso, ao se basearem nas TILKS, os planos de adaptação podem contribuir para o reconhecimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais como agentes e líderes climáticos, em vez de serem retratados exclusivamente como grupos vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (Orlove et al. 2022).

As comunidades locais e os Povos Indígenas têm de fazer parte dos processos de desenvolvimento e de tomada de decisões dos planos de adaptação a todos os níveis, para garantir que as políticas respondem às populações afectadas, apoiam as práticas locais e reforçam a preservação dos conhecimentos tradicionais, indígenas e locais e as visões do mundo (UNESCO 2012).

a preservação dos conhecimentos, valores e visões do mundo tradicionais, indígenas e locais (UNESCO 2012).

Os planos de adaptação local podem servir de ponte entre os instrumentos de planeamento nacional e as comunidades indígenas e locais, permitindo que as acções sejam mais bem adaptadas a contextos específicos e incorporando o conhecimento das comunidades indígenas ou locais no local (Crawhall 2016). Em alguns países, foram desenvolvidos planos de adaptação específicos para os Povos Indígenas, que incorporam as suas visões do mundo e valores específicos.

ESTUDO DE CASO 3

Quadro Rauora da Nova Zelândia

O governo da Nova Zelândia encomendou a uma rede climática do povo indígena maori (Ihirangi) uma visão de mundo indígena do seu PAN, que resultou no quadro Rauora (Ihirangi 2021). O quadro baseia-se nos princípios e valores Māori e fornece uma lente através da qual o PAN será implementado, em estreita parceria com os Māori. O quadro baseia-se nos conhecimentos indígenas, reconhecendo os seus contributos e apoiando a sua aplicação. Além disso, "apoia e promove abordagens transformadoras, a criação de resiliência e medidas de apoio" (Ministério do Ambiente da Nova Zelândia 2022).

O quadro Rauora foi desenvolvido em consulta com os líderes maoris e identifica as vulnerabilidades específicas das populações indígenas às alterações climáticas. Aplica a visão do mundo indígena com base nos valores de "interconexão, coletividade, bem-estar holístico e equidade intergeracional numa dinâmica ambiental em mudança" e posiciona "a existência humana num mundo sagradamente interconectado". O quadro centra-se no bem-estar da comunidade como um todo e incorpora a noção de que a natureza tem a sua "própria autoridade e direito legítimo de lugar" (Ihirangi 2021), "apelando a uma abordagem sustentável e responsável baseada nos ecossistemas dentro dos limites necessários para restaurar a abundância e assegurar a equidade intergeracional" (Ministério do Ambiente da Nova Zelândia 2022).

Além disso, o quadro incentiva o apoio a acções de adaptação e resiliência baseadas no conhecimento indígena e utiliza indicadores tradicionais indígenas sobre o bem-estar, o equilíbrio, a coesão social e a gestão das espécies (Ihirangi 2021).

c) Implementação

Os impactos acelerados e cada vez mais graves das alterações climáticas em todo o mundo implicam a necessidade de intensificar as acções de adaptação a todos os níveis. A este respeito, o resultado do primeiro balanço global ao abrigo do Acordo de Paris salienta a necessidade de acelerar a implementação da adaptação, em especial na presente década, e incentiva a implementação de soluções integradas e multisectoriais, como a gestão do uso dos solos, a agricultura sustentável, os sistemas alimentares resilientes, soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas nos ecossistemas, bem como a proteção, conservação e recuperação da natureza e dos ecossistemas, incluindo as florestas, as montanhas e outros ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros, que podem proporcionar benefícios económicos, sociais e ambientais, tais como uma maior resiliência e bem-estar. Afirma que a adaptação pode contribuir para atenuar os impactos e as perdas, no âmbito de uma abordagem participativa e sensível às questões de género orientada para o país, com base nos melhores dados científicos disponíveis, bem como nos conhecimentos dos povos indígenas e nos sistemas de conhecimento locais.¹²

Como mencionado anteriormente, os TILKS fornecem a base para muitas medidas de adaptação às alterações climáticas bem-sucedidas, incluindo práticas relacionadas com a agricultura, a utilização de recursos naturais, a conservação da terra e medidas de restauração, bem como técnicas de arquitetura tradicionais que são resilientes aos riscos e extremos climáticos, entre outras (ACNUR e IIPFCC 2020). As práticas tradicionais, por exemplo as relacionadas com a captação de água e os sistemas de cultivo, podem, nalguns casos, ser mais eficientes e de baixo custo do que as novas tecnologias (Galloway McLean 2010).

Além disso, as acções de adaptação orientadas por TILKS podem melhorar a apropriação local, a aceitabilidade e a sustentabilidade dos projectos, enraizando-os nos meios de subsistência e práticas culturais locais (LICCI 2023).

Ao implementar acções de adaptação baseadas em TILKS, é essencial que os detentores do conhecimento sejam capazes de controlar, aplicar, beneficiar e transmitir o conhecimento por si próprios.

Para garantir uma abordagem baseada na confiança e na colaboração, é necessário que as comunidades indígenas e locais estejam no centro da tomada de decisões e da implementação dos projectos de adaptação, e que os projectos sejam baseados em direitos (Crawhall 2016).

A eficácia das práticas tradicionais, indígenas e locais tem a vantagem de ter sido testada e actualizada ao longo do tempo, ao contrário das abordagens puramente inovadoras. No entanto, uma vez que a magnitude e a velocidade dos impactos das alterações climáticas excedem em muito a variabilidade climática e meteorológica para a qual as práticas tradicionais evoluíram, é importante que as acções de adaptação sejam também informadas pela ciência moderna e pelos sistemas de inovação (Subramanian e Pisupati 2010). As avaliações da eficácia das acções de adaptação baseadas nas TILKS teriam de ser feitas para compreender até que ponto precisariam de ser complementadas com ferramentas adicionais para enfrentar adequadamente os impactos crescentes das alterações climáticas.

As intervenções de adaptação que integram as TILKS também têm a oportunidade de obter sinergias e co-benefícios noutras áreas relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a proteção e recuperação de ecossistemas, a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, bem como a consecução da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas, entre outros.

Por exemplo, "o conhecimento indígena contém práticas de utilização de recursos e estratégias de gestão de ecossistemas que conservam e melhoram a biodiversidade selvagem e doméstica, resultando em ecossistemas terrestres e aquáticos e espécies que são frequentemente menos degradadas em terras geridas pelos indígenas do que noutras terras" (IPCC 2022b).

Além disso, "os processos de adaptação podem contribuir para a construção da paz, incentivando as comunidades em conflito a envolverem-se no diálogo e na resolução pacífica de conflitos; fomentar a cooperação em vez do conflito em casos de maior competição pelos recursos naturais,

¹² Ver decisão 1/CMA.5.

e promover a coesão social" (PNUD 2023). A este respeito, a governação tradicional e consuetudinária dos recursos naturais, a tomada de decisões e os mecanismos de mediação de conflitos podem contribuir para a aplicação de uma abordagem sensível aos conflitos nos projectos de adaptação, apoiando a prevenção e/ou gestão de conflitos (Crawhall 2016).

Além disso, para conceber e implementar acções de adaptação sensíveis ao género baseadas em TILKS, é necessário ter em conta os valores, normas e papéis tradicionais de género da comunidade, com vista a alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres de uma forma culturalmente sensível (Crawhall 2016).

ESTUDO DE CASO 4

Inclusão de conhecimentos e práticas tradicionais no PNA do Brasil

Em seu PNA, o Brasil reconhece a variedade de medidas e respostas adaptativas utilizadas pelos Povos Indígenas no Brasil, decorrentes de conhecimentos e práticas tradicionais, tais como

- "Corte e manutenção de aceiros e treinamento de brigadistas;
- Vigilância e monitoramento dos limites das terras indígenas;
- Debates comunitários sobre manejo do fogo, uso de irrigação e técnicas de conservação do solo;
- Projetos de recuperação de nascentes e sistemas agroflorestais;
- Renovação e fortalecimento de práticas agrícolas tradicionais, com orientação e conhecimento dos mais velhos;
- Deslocação e redistribuição de aldeias e plantações nos territórios;
- Flexibilização das actividades de produção, escolha de estirpes mais resistentes e menos dependentes de factores sazonais, alteração dos intervalos entre caça/recolha/plantação/colheita e diversificação das culturas;
- Uso de novas tecnologias de produção; criação de bancos de sementes e promoção de intercâmbios intercomunitários; hortas de ervas medicinais e projetos de fortalecimento do conhecimento da medicina tradicional; instrumentos de gestão e planeamento em nível local e regional, como o etnomapeamento, o etnozoneamento e os planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, em conformidade com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas;
- Planos regionais de enfrentamento às mudanças climáticas; actividades educativas e de formação sobre o tema da gestão ambiental e territorial, visando ao fortalecimento de capacidades;

- Diagnósticos, estudos de caso, investigação colaborativa e diálogos interculturais sobre temas relacionados com as alterações climáticas;
- Participação em fóruns sobre mudanças climáticas" (Brasil. Ministério do Meio Ambiente 2016).

O PNA também sugere diretrizes para a implementação da adaptação relacionada aos Povos Indígenas, incluindo os seguintes pontos que abordam os conhecimentos e práticas indígenas:

- "Reconhecer, destacar e valorizar a contribuição dos territórios e povos indígenas e de seus conhecimentos, tecnologias tradicionais e práticas de subsistência, manejo e uso dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade, a contenção do desmatamento, a manutenção da estabilidade das condições climáticas e a formulação e implementação de políticas públicas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Promover a formação adequada, a informação, a participação e a consulta sobre temas relacionados com as alterações climáticas, ao nível das bases (incluindo os diferentes temas geracionais e de género) e apoiar a criação de redes de intercâmbio de experiências e de diálogo;
- Promover pesquisas, mapeamentos e diagnósticos voltados para uma análise mais profunda das vulnerabilidades (atuais e potenciais) dos povos indígenas às mudanças climáticas, bem como de seus conhecimentos, práticas e estratégias adaptativas, com prioridade para metodologias participativas, diálogos interculturais, participação de pesquisadores indígenas e formação de redes para fins educacionais e de capacitação mais amplos" (Brasil. Ministério do Meio Ambiente 2016).



d) Monitorização, avaliação e aprendizagem (MEL)

O objetivo de um sistema MEL de adaptação é "fornecer uma abordagem estruturada para monitorizar o progresso, avaliar os resultados e facilitar a aprendizagem para que os processos [de adaptação] e as suas actividades atinjam efetivamente os resultados pretendidos". A este respeito, a monitorização refere-se ao "acompanhamento sistemático da implementação e do desempenho que nos ajuda a compreender se estão a ser feitos progressos"; a avaliação "vai além da monitorização para avaliar o desempenho em termos de resultados e impactos"; e a aprendizagem "é definida como o processo coletivo e deliberado de aquisição, avaliação e disseminação de novos conhecimentos que resultam em conhecimentos, atitudes e comportamentos alterados ou reforçados relacionados com a adaptação às alterações climáticas" (Beauchamp et al. 2024).

Relativamente à MEL sobre TILKS para adaptação, a medição dos progressos pode ser classificada em três grupos:

h) Medição do progresso na utilização de TILKS para adaptação, incluindo a incorporação de sistemas de conhecimento di-versos nas avaliações de impacto, vulnerabilidade e risco; adaptação

instrumentos de planeamento, conceção e implementação de acções de adaptação, mecanismos de apoio (financiamento, tecnologia e reforço de capacidades) e disposições institucionais, nomeadamente através de indicadores específicos para o efeito;

i) Medição dos progressos em matéria de adaptação através de sistemas de informação e monitorização participativos e baseados na comunidade (CBMIS), informados pelas comunidades indígenas e locais, nomeadamente através da utilização dos seus sistemas de conhecimento;

j) Medir os impactes das alterações climáticas e os progressos na adaptação utilizando indicadores baseados nas TILKS.

Relativamente à primeira categoria, os países conceberam e aplicaram diferentes indicadores que visam medir a forma como as TILKS foram incorporadas nas diferentes fases do ciclo iterativo de adaptação, bem como nas políticas nacionais ou projectos específicos relacionados. Alguns exemplos desses indicadores, conforme relatados em diferentes documentos nacionais no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris, foram incluídos na Tabela 1 abaixo:



QUADRO 1
EXEMPLOS DE INDICADORES SOBRE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, CONHECIMENTOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E SISTEMAS DE CONHECIMENTOS LOCAIS COMUNICADOS PELOS PAÍSES

INDICADOR	PAÍS	TIPO DE RELATÓRIO/ANO
<i>Número de conhecimentos locais documentados e sensibilização.</i>	Butão	PNA (2023)
<i>Utilização dos conhecimentos tradicionais da comunidade local relacionados com a conservação dos ecossistemas.</i>	República Democrática do Congo	NDC (2021)
<i>Número de diálogos ou processos de planeamento em que são integrados os conhecimentos climáticos locais e científicos.</i>	Etiópia	PNA (2019)
<i>Percentagem de planos comunitários de bacias hidrográficas que integram práticas de adaptação endógenas.</i>	Etiópia	PNA (2019)
<i>Conhecimentos tradicionais e mensagens científicas e de adaptação publicados como materiais de sensibilização e distribuídos às comunidades-alvo.</i>	Kiribati	PAN (2020)
<i>Número de ações de formação sobre métodos de cultivo tradicionais realizadas.</i>	Kiribati	PAN (2020)
<i>Investimento afetado à proteção dos conhecimentos científicos e tradicionais.</i>	Níger	PNA (2022)
<i>Número de fontes de financiamento identificadas para implementar uma estratégia de adaptação indígena.</i>	Níger	PNA (2022)
<i>Identificação, documentação e expansão de tecnologias indígenas de gestão da água.</i>	Paquistão	NDC (2021)
<i>Percentagem de medidas de adaptação que valorizam e utilizam os conhecimentos tradicionais, as formas e os meios de subsistência de populações culturalmente diversas.</i>	Peru	PNA (2021)
<i>Número de comunidades agrícolas e indígenas que utilizam práticas tradicionais para o uso sustentável de bens e serviços ecossistémicos.</i>	Peru	PAN (2021)
<i>Número de pessoas informadas sobre técnicas e conhecimentos ancestrais/tradicionais para a adaptação às alterações climáticas.</i>	Peru	PAN (2021)
<i>Foi concluído um estudo de avaliação e publicado um relatório sobre os conhecimentos tradicionais em matéria de previsão meteorológica.</i>	Sri Lanka	PNA (2016)
<i>Número de programas de formação/workshops realizados sobre a integração dos conhecimentos tradicionais de previsão meteorológica nos conhecimentos existentes.</i>	Sri Lanka	PAN (2016)

INDICADOR	PAÍS	TIPO DE RELATÓRIO/ANO
<i>Número de estudos realizados e publicados para identificar métodos tradicionais de gestão da biodiversidade em agro-ecossistemas.</i>	Sri Lanka	PAN (2016)
<i>Está concluído um programa de recolha, compilação e documentação dos conhecimentos tradicionais locais.</i>	Sri Lanka	PAN (2016)
<i>Realização e conclusão de um estudo sobre os conhecimentos autóctones em matéria de previsão meteorológica e identificação de formas de os integrar num programa nacional de vigilância dos riscos climáticos.</i>	Sri Lanka	PAN (2016)
<i>Número de ampliações e utilizações bem sucedidas dos conhecimentos locais em actividades de adaptação.</i>	Suriname	PAN (2020)
<i>Número de novas investigações e documentação sobre conhecimentos tradicionais por ano.</i>	Tonga	PAN (2021)
<i>Número de famílias que participam num estudo sobre a utilização dos conhecimentos locais no planeamento da adaptação às alterações climáticas.</i>	Tonga	PAN (2021)
<i>Percentagem de aplicação dos conhecimentos locais, indígenas e tradicionais na redução do risco de catástrofes.</i>	Uganda	NDC (2022)
<i>Número de sistemas de conhecimento que integram conhecimentos e práticas locais, indígenas e tradicionais.</i>	Uganda	NDC (2022)
<i>Percentagem de agricultores de subsistência que continuam a aplicar os conhecimentos tradicionais e a aceder a</i>	Vanuatu	NDC (2022)





Por outro lado, os CBMIS são iniciativas lideradas pela comunidade que se baseiam em sistemas de conhecimento tradicionais - incluindo o conhecimento dos ecossistemas locais - para gerar sistematicamente dados para medir o progresso das actividades locais em direção a objectivos nacionais ou globais. Estas iniciativas informam a governação local e a tomada de decisões e facilitam a comunicação com os actores locais. Podem integrar novas tecnologias, adaptando-as às prioridades e necessidades da comunidade. Algumas metodologias para o CBMIS incluem inquéritos às comunidades, mapeamentos culturais participativos, inventários de recursos e software de gestão de terras. Para além de serem eficazes em termos de custos, flexíveis e ajustáveis aos contextos locais, os CB-MIS têm a vantagem adicional de fornecer informações de áreas onde as instituições nacionais ou globais não têm capacidade para recolher dados detalhados ou desagregados. (CBD 2024).

Por fim, os indicadores baseados nas TILKS podem contribuir para a medição do progresso na adaptação, monitorizando os impactos das alterações climáticas no ambiente e nas comunidades, avaliando os resultados das políticas de adaptação no contexto local e fornecendo informações para futuras melhorias ou ajustes nas políticas e acções de adaptação para melhor se alinharem com as condições locais, visões do mundo e valores. (Tfwala et al. 2023).

Indicadores mais amplos a nível nacional, subnacional ou de projeto, incluindo aqueles que fazem parte do sistema MEL do PAN, podem precisar de ser adaptados quando aplicados para medir o progresso nas comunidades indígenas e locais para refletir adequadamente as condições locais. É fundamental que os representantes dos Povos Indígenas e das comunidades locais colaborem com os serviços nacionais de estatística ou agências de implementação de projetos para esse fim (FAO 2021).

ESTUDO DE CASO 5

Programa de Monitorização do Clima com Base na Comunidade Indígena do Canadá e Toolkit de Monitorização do Clima Indígena

Através do Programa de Monitorização do Clima com Base na Comunidade Indígena, o governo do Canadá fornece financiamento para os Povos Indígenas planearem, implementarem ou expandirem projectos CBMIS, particularmente os que se centram na monitorização do clima e dos efeitos ambientais das alterações climáticas ao nível da comunidade e em territórios tradicionais, integrando sistemas de conhecimento indígena e ciência moderna (Governo do Canadá 2023a). O Programa financiou iniciativas que apoiam as comunidades na monitorização das variáveis meteorológicas, da qualidade do ar e da água, da profundidade da neve e das condições do gelo, da saúde das espécies e da biodiversidade da vegetação, incluindo plantas medicinais, entre outras (Governo do Canadá 2023b).

O Indigenous Climate Monitoring Toolkit fornece ferramentas, boas práticas e exemplos de projectos anteriores em todo o Canadá para apoiar os Povos Indígenas a conceber, implementar ou expandir projectos CBMIS, e uma plataforma para as comunidades indígenas aprenderem umas com as outras. O kit de ferramentas foi desenvolvido com contribuições de autores indígenas, com o apoio do Programa de Monitorização do Clima com Base na Comunidade Indígena (Indigenous Climate Monitoring Toolkit 2024).

e) Sensibilização, educação e partilha de conhecimentos

O reconhecimento e a preservação dos TILKS dependem da sua documentação e difusão, tanto dentro como fora das comunidades indígenas e locais em que foram desenvolvidos.

As iniciativas de recolha e documentação das práticas tradicionais, indígenas e locais ganharam

em todo o mundo. Para que estas iniciativas contribuam para a adaptação, é importante complementá-las com mecanismos de sensibilização, incluindo campanhas, documentos políticos, narrativas locais e kits de ferramentas que utilizem tecnologias de informação e comunicação adequadas. As plataformas de intercâmbio de conhecimentos e os diálogos também podem ser ferramentas relevantes para facilitar o intercâmbio entre comunidades indígenas e locais, decisores políticos e outras partes interessadas (NWP 2014).

ESTUDO DE CASO 6

Plataforma dos Povos Indígenas do Peru para enfrentar as alterações climáticas

A Plataforma de Povos Indígenas do Peru para enfrentar as Alterações Climáticas (Plataforma de Pueblos Indígenas para enfrentar el Cambio Climático), estabelecida pela Lei Nacional das Alterações Climáticas, é um espaço para os Povos Indígenas sistematizarem, articularem, gerirem, trocarem, divulgarem e acompanharem os conhecimentos e práticas ancestrais e tradicionais dos Povos Indígenas do Peru, incluindo conhecimentos, práticas e propostas relacionadas com a adaptação. A Plataforma também funciona como um espaço de intercâmbio entre os Povos Indígenas e os formuladores de políticas sobre mudanças climáticas e outras autoridades (Governo do Peru, Ministério do Meio Ambiente 2021).

Os Povos Indígenas participaram, através da Plataforma, na formulação do PAN do Peru que, entre outras metas e actividades relevantes, tem um objetivo específico de divulgar, para avaliação e replicação, experiências bem sucedidas de adaptação às alterações climáticas baseadas nos conhecimentos das comunidades rurais e nos conhecimentos ancestrais dos Povos Indígenas. Para este efeito, o Peru estabeleceu o objetivo de desenvolver dez programas de rádio em línguas indígenas para serem transmitidos em estações de rádio comunitárias, bem como desenvolver três diálogos para a divulgação de técnicas ancestrais de adaptação às alterações climáticas dos Povos Indígenas (Governo do Peru, Ministério do Ambiente 2021).



© Ben Ostrower / Unsplash

A educação formal pode ser um meio de disseminar práticas tradicionais, indígenas e locais, visões do mundo e valores relacionados com a adaptação às alterações climáticas, incorporando tanto o conhecimento científico como outros sistemas de conhecimento nos currículos escolares, incluindo a educação nas línguas indígenas e locais. A continuação dos mecanismos tradicionais de aprendizagem baseados na comunidade a par da educação formal, incluindo através dos anciãos e de outros detentores de conhecimentos, é também fundamental para melhorar a transmissão intergeracional dos TILKS (UNESCO 2017).

Como parte dos resultados do Diálogo da Mesa Redonda sobre Currículos e Materiais Indígenas, realizado em 2023 pelo FWG da UNFCCC, em colaboração com o programa de trabalho de Nairobi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às alterações climáticas (NWP), os participantes recomendaram "reforçar a colaboração internacional e as oportunidades de bolsas de estudo para apoiar a investigação e a educação lideradas pelos indígenas, que é uma abordagem destinada a promover uma rede global relevante para o desenvolvimento de currículos e materiais educativos que incorporem diversos sistemas de conhecimento, incluindo os conhecimentos e valores dos Povos Indígenas, e que possam ser utilizados como parte do esforço coletivo para enfrentar as alterações climáticas".¹³

A este respeito, os Povos Indígenas e as comunidades locais podem trabalhar em conjunto com os cientistas para coproduzir conhecimentos que podem levar a soluções inovadoras e eficazes (UNESCO 2017). Para este efeito, é essencial criar mecanismos que respeitem as contribuições de todos os tipos de conhecimento, protejam adequadamente a propriedade intelectual dos TILKS e assegurem a partilha equitativa e ética dos benefícios.

f) Financiamento, tecnologia e reforço das capacidades

Para apoiar a aplicação das TILKS na adaptação, é necessário afetar meios de implementação adequados a nível internacional, nacional e subnacional.

Em relação ao financiamento, os instrumentos de financiamento direcionados, incluindo a afetação de dotações orçamentais por parte dos governos nacionais e dos doadores, são fundamentais para garantir a incorporação de TILKS e práticas na adaptação (NWP 2014). O aumento dos fluxos financeiros diretos para os Povos Indígenas e comunidades locais - incluindo fluxos de fundos internacionais - bem como o desenvolvimento e apoio dos Povos Indígenas e fundos liderados pelas comunidades locais, são também essenciais para reforçar a ação de adaptação dos Povos Indígenas e comunidades locais, incluindo a ação informada por TILKS (UN Climate Change High-Level Champions - Corrida para a Resiliência 2024).

O acesso direto ao financiamento por parte dos Povos Indígenas e das comunidades locais permite a autodeterminação e uma abordagem baseada nos direitos que permite aos Povos Indígenas e às comunidades locais definirem as suas próprias estratégias, prioridades e condições de utilização dos recursos. O reforço das capacidades dos Povos Indígenas e das comunidades locais para acederem e gerirem os fundos é uma medida complementar necessária para garantir a utilização eficaz e eficiente dos recursos, bem como para os ajudar a navegar pelos requisitos e mecanismos administrativos dos fundos (UN Climate Change High-Level Champions - Race to Resilience 2024). Além disso, os instrumentos financeiros relevantes devem ser complementados por mecanismos de responsabilização e transparência.

As TILKS e as práticas podem ser integradas nas novas tecnologias para desenvolver produtos, técnicas e outras soluções de adaptação, bem como para monitorizar e medir a informação relevante para o clima e o progresso da adaptação. É essencial que os Povos Indígenas e as comunidades locais tenham acesso direto às novas tecnologias, trabalhem em conjunto com cientistas e investigadores e beneficiem das inovações diretamente para aumentar a sua resiliência e capacidade de adaptação, bem como financeiramente através de mecanismos equitativos de partilha de benefícios (CBD, n.d.).

¹³ Ver o Relatório do FWG, documento FCCC/SBSTA/2024/1, disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sbsta2024_01E.pdf

Para além disso, e a fim de aproveitar plenamente e de forma ética o potencial das TILKS para a inovação, é necessário criar mecanismos específicos de desenvolvimento e transferência de tecnologia a nível nacional e internacional. A formação e a aprendizagem entre pares são também necessárias para tornar as soluções locais e as tecnologias indígenas acessíveis, adaptáveis e económicas. Para promover tecnologias de adaptação integradas, é fundamental quebrar os silos entre as diferentes partes interessadas, como os profissionais da adaptação, o sector privado, os decisores políticos e as populações indígenas e comunidades locais. Além disso, é necessária uma mudança de paradigma para que a inovação seja entendida "de forma ampla, como englobando tecnologias e práticas tradicionais e autóctones sofisticadas, em oposição a uma visão restrita".

e indígenas sofisticadas, em oposição a uma visão estreita centrada em soluções modernas de alta tecnologia" (UN-FCCC 2022).

Finalmente, são necessárias iniciativas de capacitação e formação específicas por parte dos governos e de outras organizações para divulgar e facilitar a implementação de TILKS e práticas de adaptação. É importante que estas iniciativas sejam de longo prazo e transgeracionais, formando as jovens gerações para garantir que os conhecimentos e as práticas sejam preservados no futuro (NWP 2014). A aprendizagem entre pares e a cooperação Sul-Sul têm um papel fundamental a desempenhar, com intercâmbios entre os Povos Indígenas e as comunidades locais de diferentes regiões.

ESTUDO DE CASO 7

Áreas prioritárias sobre meios de implementação sensíveis ao género e inclusão de Povos Indígenas e comunidades locais na adcom da Malásia

No seu adcom, a Malásia identifica as seguintes acções relacionadas com os meios de implementação e inclusão dos Povos Indígenas e das comunidades locais:

- "Usando o apoio financeiro e técnico disponibilizado por vários fundos climáticos, promover o reforço da integração do género nas políticas, planos, estratégias e acções climáticas, conforme apropriado, incluindo boas práticas para facilitar o acesso ao financiamento climático para organizações de mulheres de base e Povos Indígenas e comunidades locais"; e
- "Promover a implantação de soluções tecnológicas sensíveis ao género para fazer face às alterações climáticas, incluindo o reforço, a proteção e a preservação dos conhecimentos e práticas locais, indígenas e tradicionais em diferentes sectores e para melhorar a resiliência climática, e fomentar a plena participação e liderança das mulheres e raparigas na ciência, tecnologia, investigação e desenvolvimento" (Ministério dos Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental, Governo da Malásia 2024).

g) Disposições institucionais favoráveis

São necessários arranjos e processos institucionais adequados para que as comunidades indígenas e locais se envolvam nas políticas de adaptação, bem como para partilhar as suas TILKS e práticas de forma a que sejam correta e eticamente incorporadas nas respostas de adaptação a diferentes níveis (Tfwala et al. 2023).

Mecanismos como consultas, metodologias participativas e apoio aos representantes das comunidades indígenas e locais para fazerem parte dos processos de tomada de decisão precisam de ser institucionalizados e consagrados em políticas e regulamentos específicos para garantir o envolvimento adequado e contínuo destas comunidades em todas as fases do ciclo iterativo de adaptação.

comunidades em todas as fases do ciclo iterativo de adaptação. Além disso, as agências governamentais podem servir como facilitadores para apoiar as comunidades indígenas e locais a adaptar e aplicar práticas tradicionais, indígenas e locais aos desafios contemporâneos relacionados com as alterações climáticas (Crawhall 2016).

Além disso, os mecanismos de governação, as instituições e as regras tradicionais e indígenas são, em muitos casos, a forma mais eficaz de incorporar as TILKS nas respostas de adaptação a nível comunitário, uma vez que se baseiam nas mesmas visões do mundo e valores. Por conseguinte, o reconhecimento formal destes mecanismos, instituições e regras de governação, conforme apropriado, pode ser um importante facilitador a este respeito.

ESTUDO DE CASO 8

As regras consuetudinárias de Tara Bandu em Timor-Leste

Tara Bandu refere-se ao sistema timorense de regras consuetudinárias tradicionais, incluindo regras sobre gestão de recursos naturais, proteção ambiental, prevenção de conflitos, reforço da paz e da reconciliação e melhoria do bem-estar da comunidade. O Tara Bandu "está protegido pela Constituição timorense e é amplamente visto pelo povo timorense como uma forma importante e legítima de valorizar a cultura tradicional e o respeito mútuo no seio da sociedade" (Secretaria de Estado do Ambiente, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, República Democrática de Timor-Leste 2021).

"O PNA de Timor-Leste indica que Tara Bandu representa um ponto de entrada importante para reforçar o compromisso e o envolvimento das comunidades locais nos esforços de construção de resiliência. À medida que o processo do PNA evolui, este irá trabalhar através dos mecanismos de Tara Bandu que existem atualmente e que irão surgir no futuro em Timor-Leste para encorajar as comunidades a planear e implementar medidas de adaptação às alterações climáticas localmente apropriadas. Isto inclui medidas de adaptação baseadas em ecossistemas que proporcionem benefícios conjuntos em termos de sustentabilidade das colheitas e da prestação de serviços de ecossistemas. Além disso, Tara Bandu cria oportunidades para que o processo do PAN contribua para a construção da paz e para os esforços de reconciliação a nível local através do reforço da resiliência da comunidade" (Secretaria de Estado do Ambiente, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, República Democrática de Timor-Leste 2021).

Para além dos governos, é importante que outras organizações, tais como organizações intergovernamentais, agências de cooperação e desenvolvimento, fundos internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações da sociedade civil que trabalham com as alterações climáticas, também desenvolvam e implementem políticas e iniciativas específicas para envolver adequada e eticamente os Povos Indígenas e as comunidades locais nos seus projectos de adaptação, em particular os que estão a ser aplicados em territórios indígenas e/ou destinados a populações indígenas.

e implementem políticas e iniciativas específicas para envolver de forma adequada e ética os Povos Indígenas e as comunidades locais nos seus projectos de adaptação, em particular aqueles que estão a ser aplicados em territórios indígenas e/ou destinados a Povos Indígenas ou comunidades locais.

ESTUDO DE CASO 9

Integrar os conhecimentos dos Sami na tomada de decisões sobre adaptação na Suécia

O povo Sámi é originário das regiões árticas e sub-árticas do Norte da Europa, com populações espalhadas pela Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia.

O Parlamento Sámi da Suécia (o Sámediggi) é uma agência governamental, bem como um órgão eleito pelo povo Sámi para salvaguardar e promover os direitos, a cultura, os meios de subsistência e as línguas Sámi. Adoptou uma estratégia climática em 2019 e um programa ambiental revisto destinado a inspirar a preservação do ambiente de vida. Os procedimentos de consulta são um passo no sentido de reforçar as oportunidades de participação dos Sami nos assuntos que lhes dizem respeito. Em 2022, o Governo sueco adoptou uma lei intitulada "Consulta sobre questões relativas ao povo Sami". A lei implica que o governo e as agências governamentais, e a partir de 2024 também as regiões e os municípios, têm o dever de consultar o povo sami antes de serem tomadas decisões que o afectem. Do ponto de vista dos Sami, isto implicaria consultas sobre questões relacionadas com a implementação nacional do Acordo de Paris, uma vez que o Sápmi (a terra natal dos Sami) e o povo Sami - fazendo parte do Ártico - são fortemente afectados pelos impactos das alterações climáticas (Parlamento Sami, n.d.).



ESTUDO DE CASO 10

Política dos Povos Indígenas do Fundo Verde para o Clima

No âmbito do Fundo Verde para o Clima (GCF), uma série de disposições são fundamentais para melhorar as perspectivas dos Povos Indígenas no quadro institucional. Adoptada na décima nona sessão do Conselho do GCF, a Política para os Povos Indígenas é o principal instrumento que fornece uma estrutura para garantir que as actividades do GCF são desenvolvidas e implementadas de forma a fomentar o respeito total, a promoção e a salvaguarda dos Povos Indígenas, para que estes beneficiem das actividades e projectos do GCF de uma forma culturalmente apropriada e não sofram danos ou efeitos adversos da concepção e implementação das actividades financiadas pelo GCF. São fornecidos os requisitos para o envolvimento, incluindo o consentimento livre, prévio e informado, bem como as funções e responsabilidades do GCF e das entidades acreditadas no ciclo do projeto. As secções sobre capacitação, atribuição de recursos e geração de conhecimento e comunicação destinam-se a promover as questões dos Povos Indígenas ao longo do tempo no âmbito do Fundo. A Política também delinea os arranjos de implementação, incluindo o estabelecimento do Grupo Consultivo dos Povos Indígenas (IPAG), uma segunda instituição chave (GCF 2024).

O IPAG tem como objetivo melhorar a coordenação entre o GCF, as suas entidades acreditadas, os Estados e os Povos Indígenas. As suas três funções são: (a) fornecer aconselhamento sobre as actividades financiadas pelo GCF que afectam as Populações Indígenas; (b) rever a implementação e monitorização da Política; e (c) fornecer orientação e aconselhamento ao Conselho de Administração, conforme solicitado. Os membros do IPAG são nomeados através de um processo de auto-selecção liderado pelos Povos Indígenas, identificam-se como indígenas e provêm das regiões dos países em desenvolvimento onde o GCF pode financiar actividades. As reuniões do IPAG são realizadas duas vezes por ano na sede do GCF e as actualizações sobre o trabalho do IPAG são incluídas como parte dos documentos do Conselho de Administração. O primeiro mandato do IPAG foi seleccionado para o período de 2022-2026 e o grupo tem seis membros (GCF 2024).



V. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

Embora o papel crucial dos TILKS seja cada vez mais reconhecido, os próprios sistemas de conhecimento estão, em muitos casos, em risco de se perder devido a fatores como a transformação dos modos de vida tradicionais, o declínio do número de falantes de línguas indígenas e o deslocamento de povos indígenas e comunidades locais de seus territórios, entre outros. Este último é particularmente prejudicial, considerando que, em muitos casos, as TILKS estão intrinsecamente ligadas ao seu ecossistema circundante (UNESCO 2018; Watson 2020).

Como mencionado anteriormente, outros desafios incluem a percepção equivocada dos Povos Indígenas e comunidades locais como um grupo homogêneo, que ignora seus diversos estilos de vida, sistemas de conhecimento, valores culturais e visões de mundo, bem como um foco nos Povos Indígenas e comunidades locais principalmente como grupos vulneráveis, que ofusca seu papel como agentes de mudança e importantes contribuintes para o conjunto de soluções de adaptação em diferentes contextos.¹⁴

Para os Povos Indígenas e as comunidades locais, as barreiras linguísticas vão para além dos meros desafios de tradução. A dependência de línguas dominantes como o inglês pode simplificar excessivamente, de forma não intencional, conhecimentos ecológicos e valores culturais complexos. Esta simplificação excessiva reduz as nuances das terminologias indígenas a equivalentes básicos em inglês, diluindo a profundidade do conhecimento e da sabedoria que estão a ser transmitidos. Essa diluição não só dificulta a compreensão dos impactos climáticos nos ecossistemas e nos meios de subsistência, como também corre o risco de perder conceitos e terminologias vitais

e terminologias vitais intrínsecos aos seus valores e visões do mundo e à adaptabilidade ao clima.¹⁵

Além disso, os TILKS nem sempre se alinham com o conhecimento científico, dificultando a integração dos diferentes sistemas de conhecimento (UNESCO 2018). Isto deve-se, em parte, ao facto de as perspectivas dos Povos Indígenas e das comunidades locais em relação às alterações climáticas adotarem uma abordagem mais holística e relacional da natureza do que as respostas convencionais às alterações climáticas.¹⁶

OPORTUNIDADES

Embora subsistam muitos desafios, a crescente consciencialização da importância crucial dos TILKS para aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação oferece uma oportunidade para uma maior integração de diversos sistemas de conhecimento no desenvolvimento e implementação de respostas de adaptação eficazes, sustentáveis, económicas e positivas para a natureza.

Por exemplo, os novos processos internacionais, como o Quadro dos EAU para a Resiliência Global ao Clima e o Quadro Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, "são oportunidades únicas para integrar os diversos valores e sistemas de conhecimento dos Povos Indígenas e dos sistemas de conhecimento locais nas políticas e acções climáticas, de uma forma que mantenha a integridade e a complexidade das perspectivas dos Povos Indígenas e das comunidades locais e promova o seu envolvimento direto e a sua liderança no processo da CQNUAC",¹⁷ bem como noutros processos internacionais.

Os representantes dos povos indígenas e das comunidades locais que participam nos processos de adaptação podem potenciar o seu envolvimento

¹⁴ Ver o relatório do FWG, documento FCCC/SBSTA/2024/1, disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/sbsta2024_01E.pdf.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*

e o poder de decisão para defender a preservação e a utilização das suas práticas e partilhar os conhecimentos dos seus sistemas de conhecimento tradicionais.

A mudança para a adaptação transformacional a longo prazo, a mudança de sistemas e as abordagens holísticas também podem facilitar a integração das inovações científicas e tecnológicas com as TILKS, bem como a aplicação de sistemas de valores alternativos, incluindo os entendimentos indígenas dos direitos da natureza

e a profunda interconexão da humanidade com o ambiente natural.

Além disso, é fundamental criar sinergias com as políticas relacionadas com a proteção do património cultural, a propriedade intelectual e a prevenção da apropriação cultural, a preservação das línguas indígenas, a conservação e recuperação dos ecossistemas e outras medidas e planos sectoriais, para que a consideração das TILKS seja implementada de forma transversal em diferentes áreas.



© Colin Watts / Unsplash

I.

II.

III.

IV.

V.

VI.

VII.

VIII.

IX.

VI. AVALIAÇÃO DOS PROGRESSOS REALIZADOS NA INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, DOS CONHECIMENTOS DAS TRADICIONAIS, DOS POVOS INDÍGENAS E DOS SISTEMAS LOCAIS DE CONHECIMENTO NO PLANEAMENTO DA ADAPTAÇÃO, COM BASE NAS INFORMAÇÕES COMUNICADAS DAS PARTES ATRAVÉS DOS NAPS, NDCS E ADCOMS

Para avaliar os progressos comunicados pelas Partes relativamente à aplicação das TILKS na adaptação, foi efectuada uma análise¹⁸ que abrange os seguintes relatórios apresentados até 30 de junho de 2024:

57 PAN apresentados pelas Partes países em desenvolvimento, dois PAN apresentados pelas Partes países desenvolvidos, 158 CDN com uma componente de adaptação e 66 adcoms.

Foram identificados cinco temas principais:

xi. Vulnerabilidade dos povos indígenas e/ou das comunidades locais às alterações climáticas, incluindo os seus sistemas de conhecimento e práticas (por exemplo, alterações relacionadas com as alterações climáticas na distribuição da vegetação utilizada na medicina tradicional que afectam a utilização e a transmissão do conhecimento indígena; aumento da frequência das secas que ameaça as práticas agrícolas tradicionais);



18 Relativamente à metodologia de análise, foi utilizado o software MAXQDA Analytics Pro 2024 para identificar e codificar a informação em todos os documentos, procurando palavras-chave específicas em inglês, espanhol e francês, tais como: 'Indígena', 'local', 'tradicional', 'ancestral', 'étnica', 'original', 'tribo', 'tribal', 'detentor de direitos', 'visão do mundo', 'costume', 'consuetudinário', 'cosmovisão', 'aborígene', 'conhecimento' e 'prática'. A informação codificada foi depois descarregada para um ficheiro MS Excel e analisada utilizando uma abordagem de análise de conteúdo qualitativa, tal como descrito por Kuckartz e Rädiker 2019. Esta metodologia assegurou uma análise rigorosa e estruturada dos dados e facilitou uma compreensão aprofundada do material textual. A frequência de cada tema foi calculada para ilustrar a gama de inclusão dos Povos Indígenas e/ou comunidades locais em diferentes documentos nacionais submetidos à UNFCCC.

xii. Envolvimento dos Povos Indígenas e/ou das comunidades locais na governação da adaptação (por exemplo, conceber processos de participação específicos para os Povos Indígenas; promover a participação ativa dos Povos Indígenas e das comunidades locais na formulação de planos e políticas de adaptação nacionais e subnacionais);

xiii. Sistemas e práticas de conhecimentos indígenas, locais ou tradicionais (por exemplo, reconhecimento dos sistemas de conhecimentos indígenas, tradicionais e/ou das comunidades locais e da sua contribuição para os esforços de adaptação às alterações climáticas; desenvolvimento de medidas de adaptação que tenham em conta os conhecimentos e práticas indígenas, tradicionais e/ou das comunidades locais);

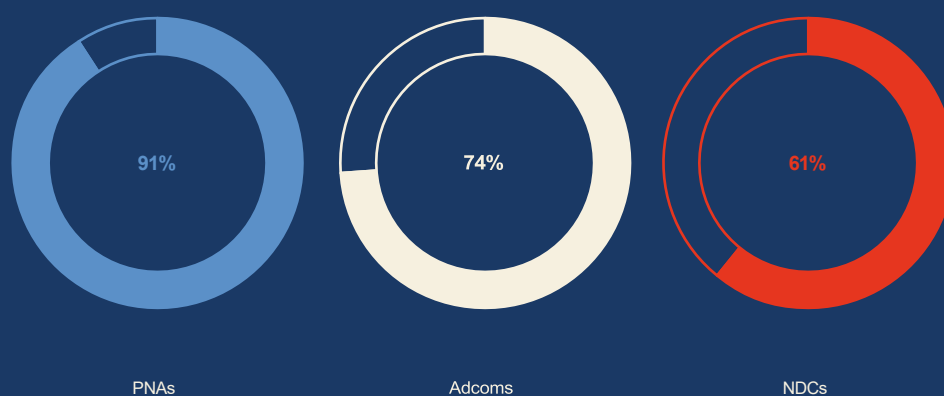
xiv. Acções de adaptação dirigidas aos povos indígenas e/ou às comunidades locais (por exemplo, desenvolvimento de medidas de adaptação dirigidas aos povos indígenas ou às comunidades locais nos sectores dos recursos hídricos e da biodiversidade, incluindo objectivos e indicadores quantificados); e

xv. Meios de implementação (criação de capacidades, financiamento e tecnologia) necessários para

para promover a adaptação dos Povos Indígenas e/ou das comunidades locais (por exemplo, promover a formação sobre sistemas de conhecimentos indígenas, tradicionais e das comunidades locais entre vários intervenientes a vários níveis; melhorar o acesso a mecanismos de financiamento a nível local).

Como se pode ver na Figura 1, uma maioria significativa dos PAN das Partes que são países em desenvolvimento (91%) e todos os PAN das Partes que são países desenvolvidos mencionaram especificamente os Povos Indígenas ou as comunidades locais. Na Adcom, 74% dos documentos referiam-se a esses grupos. Os componentes de adaptação das NDCs mostraram que 61% desses documentos mencionavam os Povos Indígenas ou as comunidades locais. Dessas NDCs, 42% referiam-se principalmente aos Povos Indígenas, enquanto 28% referiam-se principalmente às comunidades locais. Os Adcoms contêm mais menções aos Povos Indígenas (53%) do que às comunidades locais (23%), enquanto 77% dos PANs se referem principalmente aos Povos Indígenas e 16% principalmente às comunidades locais. Esta diferença de enfoque sugere que as Partes podem categorizar os Povos Indígenas e as comunidades locais de forma diferente, reflectindo contextos, entendimentos e classificações distintos destes termos.

FIGURA 1
PERCENTAGEM DE DOCUMENTOS NACIONAIS QUE FAZEM REFERÊNCIA A POVOS INDÍGENAS E/OU COMUNIDADES LOCAIS



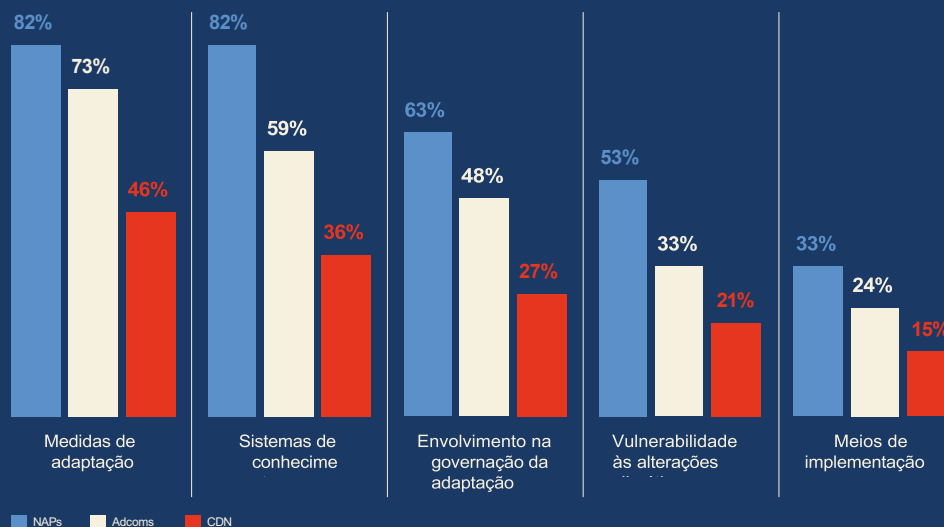
A Figura 2 mostra uma ênfase na integração dos TILKS, particularmente nos PAN, onde esses sistemas são referenciados em 82% dos documentos. Do mesmo modo, 82% dos PAN identificaram ações de adaptação para reduzir a vulnerabilidade dos Povos Indígenas e das comunidades locais, incluindo a importância de integrar os seus sistemas de conhecimento no planeamento e implementação da adaptação ao clima. As adcoms e os CDN revelam uma maior ênfase no desenvolvimento de medidas de adaptação por ou para os povos indígenas e as comunidades locais (73% e 46%, respetivamente), enquanto o reconhecimento e a importância dos sistemas de conhecimento são mencionados em 59% das adcoms e 36% dos CDN. A importância da participação efectiva das comunidades indígenas e locais na governação da adaptação desde uma fase inicial é salientada em 63% dos PAN, seguida de 48% das adcoms e 27% dos CDN.

A vulnerabilidade dos Povos Indígenas e das comunidades locais às alterações climáticas, que inclui os seus sistemas de conhecimento e práticas, é reconhecida nos três tipos de documentos nacionais. Especificamente, cerca de metade dos PAN (53%) identificou várias vulnerabilidades

dos Povos Indígenas e das comunidades locais, incluindo as principais causas da sua vulnerabilidade. Um terço (33%) dos adcoms e cerca de um quinto (21%) dos NDCs mencionam as vulnerabilidades dos Povos Indígenas e das comunidades locais às alterações climáticas. Isto sugere que, embora se reconheça a vulnerabilidade única destas comunidades devido à sua dependência dos recursos naturais e dos estilos de vida tradicionais, o grau de atenção a esta vulnerabilidade não é tão pronunciado como o envolvimento com os seus sistemas de conhecimento ou as acções de adaptação concebidas para ou por elas. Isto pode implicar um reconhecimento em evolução dos Povos Indígenas e das comunidades locais como agentes activos no planeamento e na política de adaptação, em vez de apenas como grupos vulneráveis.

Os meios de implementação, incluindo a criação de capacidades, o financiamento e a tecnologia, necessários para promover a adaptação dos povos indígenas e das comunidades locais, estão menos abrangidos, com a maior menção nos PAN (33%), seguidos das adcoms (24%) e dos CDN (15%). Esta sub-representação pode apontar para uma lacuna nas estruturas de apoio necessárias para incorporar os conhecimentos tradicionais em estratégias de adaptação práticas.

FIGURA 2
PERCENTAGENS DE DOCUMENTOS NACIONAIS QUE FAZEM REFERÊNCIA A
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS POR TEMA



De um modo geral, embora as Partes reconheçam a importância dos povos indígenas e das comunidades locais nos esforços de adaptação nos seus documentos nacionais, a inclusão e a aplicação dos seus sistemas de conhecimento varia, salientando a necessidade de uma ação mais intensa a este respeito.

A integração das TILKS também revela nuances significativas na forma como estes sistemas são reconhecidos nos documentos nacionais. Essas tendências podem estar relacionadas a diferentes entendimentos das comunidades locais e dos Povos Indígenas, bem como a contextos nacionais específicos.

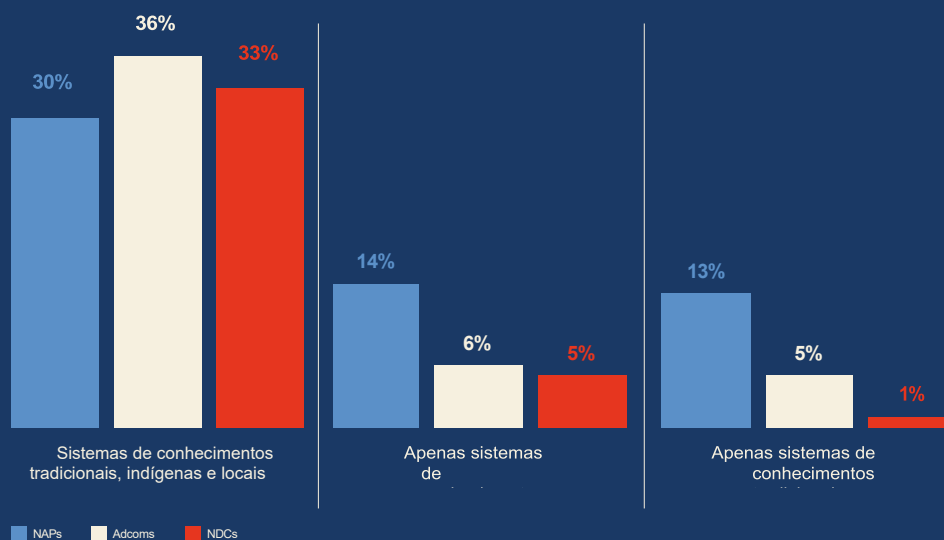
Como mostra a Figura 3, na avaliação das CDNs, 57 documentos mencionam os TILKS, dos quais 30 CDNs mencionam tanto os Povos Indígenas quanto os Povos Indígenas.

dos quais 30 CDNs mencionam sistemas de conhecimento locais e indígenas, 14 CDNs mencionam apenas o conhecimento local e 13 CDNs mencionam apenas o conhecimento tradicional.

Do mesmo modo, nas adcoms, dos 39 documentos que fazem referência ao TILKS, 33 adcoms mencionam tanto os conhecimentos indígenas como os locais, enquanto apenas cinco documentos se referem apenas aos conhecimentos locais e uma adcom se refere aos conhecimentos tradicionais.

Relativamente aos PAN, dos 47 documentos que se referem às TILKS, seis mencionam apenas os sistemas de conhecimento local e cinco mencionam apenas os sistemas de conhecimento tradicional, enquanto os restantes se referem tanto aos conhecimentos indígenas como aos locais.

FIGURA 3
NÚMERO DE DOCUMENTOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A SISTEMAS DE CONHECIMENTO TRADICIONAIS, INDÍGENAS E/OU LOCAIS





O quadro abaixo apresenta alguns exemplos de como os países incorporaram as TILKS como parte das suas prioridades de adaptação, objectivos e metas.

e acções, tal como refletido nos diferentes veículos de adaptação, ordenados por área temática.

QUADRO 2

EXEMPLOS DE REFERÊNCIAS AO CONHECIMENTO TRADICIONAL, AO CONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS E AOS SISTEMAS LOCAIS DE CONHECIMENTO EM DOCUMENTOS NACIONAIS POR ÁREA TEMÁTICA

MEDIDA	PAÍS	TIPO DE RELATÓRIO/ANO
A. ÁGUA		
<i>Promoção dos conhecimentos e práticas tradicionais em matéria de conservação da água.</i>	Butão	Adcom (2023)
<i>Identificar, documentar e alargar as tecnologias indígenas de gestão da água para promover a utilização sustentável dos recursos hídricos.</i>	Paquistão	PNA (2023)
<i>Explorar práticas indígenas de gestão da água resistentes ao clima e identificar formas de as integrar em práticas modernas.</i>	Sri Lanka	PAN (2016)
<i>Apoiar a integração da sabedoria local na inovação da gestão dos recursos hídricos adequada a cada contexto local.</i>	Tailândia	PAN (2024)
<i>Reforçar a integração das questões de género e dos sistemas de conhecimentos indígenas na gestão dos riscos de inundação.</i>	Zâmbia	PAN (2023)
B. ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA		
<i>Identificar e avaliar a eficácia das técnicas indígenas de base comunitária para a recolha de águas pluviais.</i>	Bangladesh	PAN (2023)
<i>Adaptar as técnicas tradicionais de gestão das pragas e aumentar os conhecimentos dos agricultores sobre essas técnicas.</i>	Granada	PAN (2019)
<i>Promover os conhecimentos indígenas sobre as culturas.</i>	Quénia	PAN (2017)
<i>Documentar os conhecimentos tradicionais, entre homens e mulheres, sobre técnicas de cultivo, preparação e conservação de culturas alimentares tradicionais e árvores de fruto.</i>	Kiribati	PAN (2020)
<i>Promover e aplicar estratégias indígenas de resposta à seca e introduzir novas variedades de culturas que possam alargar a gama de tolerância das condições de cultivo (por exemplo, seca, excesso de humidade, condições salinas do solo e temperaturas mais elevadas).</i>	Papua-Nova Guiné	PAN (2023)

MEDIDA	PAÍS	TIPO DE RELATÓRIO/ANO
<i>O conhecimento indígena, incluindo as práticas tradicionais em matéria de pesca, agricultura, gestão de ecossistemas e tomada de decisões, oferece informações sobre a gestão dos recursos, a segurança alimentar e a governação participativa, e de tomada de decisões, oferecem uma perspetiva da gestão dos recursos, da segurança alimentar e da governação participativa.</i>	República das Ilhas Marshall (RMI)	PNA (2023)
<i>Avaliar e documentar os conhecimentos indígenas existentes e as opções para ultrapassar as vulnerabilidades climáticas, e amálgama de tecnologias agrícolas respeitadoras do clima com os ricos conhecimentos e práticas indígenas para aumentar a resiliência.</i>	Sudão	PAN (2016)
C. SAÚDE		
<i>Promoção de estudos e pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde humana, considerando o conhecimento tradicional, as características regionais e os ecossistemas na construção do conhecimento.</i>	Brasil	PNAE (2016)
<i>Aumentar o nível de formação de base dos membros das associações de mulheres nos domínios dos produtos florestais não lenhosos, da horticultura comercial, da lenha e da medicina tradicional.</i>	Burkina Faso	PAN (2015)
<i>Práticas locais de saúde natural que melhoram a resiliência.</i>	RMI	PNA (2023)
D. ECOSISTEMAS E BIODIVERSIDADE		
<i>Recolher, compilar, documentar e analisar os conhecimentos tradicionais locais sobre os ecossistemas e a biodiversidade em relação à previsão climática, a fim de os utilizar no desenvolvimento de programas participativos de adaptação de infra-estruturas verdes baseados na comunidade.</i>	Jordânia	NDC (2021)
<i>Promover actividades florestais comunitárias para além da extração de madeira como instrumento de gestão para uma floresta sustentável utilizando espécies e conhecimentos indígenas.</i>	Libéria	PNA (2021)
<i>Rever os actuais conhecimentos científicos, técnicos, indígenas e tradicionais sobre o papel da biodiversidade do solo na produção alimentar, na saúde humana e na manutenção da biodiversidade acima do solo.</i>	Marrocos	Adcom (2024)
<i>Vanuatu compromete-se a preservar e a reforçar os conhecimentos culturais e tradicionais, incluindo as práticas adequadas de adaptação e resiliência às alterações climáticas relacionadas com a posse da terra, a agricultura, o clima, a biodiversidade, a música, a tecelagem, a dança e os ritos cerimoniais susceptíveis de reforçar a resiliência cultural das comunidades que enfrentam os impactos climáticos.</i>	Vanuatu	CDN (2022)

MEDIDA	PAÍS	TIPO DE RELATÓRIO/ANO
E. INFRA-ESTRUTURAS E AGLOMERADOS HUMANOS		
<i>A Autoridade dos Parques Nacionais é um organismo estatutário de Antígua e Barbuda que, ao longo dos anos, tem vindo a incorporar os conhecimentos tradicionais e locais na sua resposta à garantia e construção do clima</i> <i>A resiliência às alterações climáticas dos edifícios históricos de Nelson's Dockyard. Tal como identificado na inscrição do Património Mundial da UNESCO, os edifícios representam um conjunto de práticas de adaptação ao clima das Caraíbas, incluindo desenvolvimentos para reduzir o calor, aumentar o fluxo de ar e reduzir os danos causados por ciclones e sismos através de intervenções arquitectónicas específicas. Através da contratação, formação e promoção destes estilos dentro dos limites do Parque Nacional de Nelson's Dockyard, este conhecimento tradicional é transmitido.</i>	Antígua e Barbuda	Adcom (2022)
F. ERRADICAÇÃO DA POBREZA E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA		
<i>Para além dos recursos técnicos e financeiros, mobilizar homens e mulheres nas zonas rurais para garantir que as práticas tradicionais são transformadas em inovações sustentáveis e eficazes para melhorar os meios de subsistência num clima ameaçador.</i>	Marrocos	Adcom (2024)
<i>Manter vivos os meios de subsistência e as competências tradicionais e contribuir para a sociedade da RMI.</i>	RMI	PNA (2023)
<i>Promover e permitir que as comunidades com meios de subsistência ecológicos ou "eco-aldeias" possam manter o seu modo de vida em harmonia com a natureza e apoiar o papel das comunidades na proteção dos recursos naturais.</i>	Tailândia	PAN (2024)
G. PATRIMÓNIO CULTURAL		
<i>O PAN apoiará actividades que desenvolvam conhecimentos religiosos e culturais relevantes para o clima; isto ajudará a potenciar as influências positivas da religião e da cultura nos papéis que os líderes locais desempenham na obtenção de resultados de adaptação às alterações climáticas a nível local.</i>	Serra Leoa	PAN (2022)
<i>Adaptação às alterações climáticas que respeite a sociedade e a cultura do Suriname e reduza as desigualdades sociais e de género.</i>	Suriname	PNA (2020)

As tendências observadas na análise dos PAN, CDN e adcom sugerem um reconhecimento crescente dos TILKS nas informações comunicadas pelas Partes, por exemplo, 57 CDN actualizados ou novos mencionam os TILKS em comparação com 24 CDN anteriores (em 30 de junho de 2024). Esta comparação sugere uma evolução po-

Esta comparação sugere um desenvolvimento positivo no reconhecimento dos conhecimentos, percepções e práticas únicos que os Povos Indígenas e as comunidades locais podem trazer para os esforços de resiliência climática, o que pode contribuir significativamente para políticas de adaptação eficazes e inclusivas.



VII. TRABALHO RELEVANTE DE MEMBROS DA TASKFORCE NAP DO AC E COLABORADORES¹⁹

1. Comité de Adaptação (CA)

O CC é o principal organismo no âmbito da CQNUAC e do Acordo de Paris que promove a implementação de acções reforçadas em matéria de adaptação de forma coerente.

Desde a sua criação, o CC realizou diferentes actividades sobre TILKS em matéria de adaptação. O CC organizou um workshop sobre as ferramentas disponíveis para a utilização de conhecimentos e práticas indígenas e tradicionais para a adaptação, as necessidades das comunidades locais e indígenas e a aplicação de abordagens e ferramentas de adaptação sensíveis ao género, em colaboração com o PNT, que teve lugar em Bona, de 1 a 4 de abril de 2014.²⁰ O workshop baseou-se no documento técnico sobre "Melhores práticas e ferramentas disponíveis para a utilização de conhecimentos e práticas indígenas e tradicionais para a adaptação, e a aplicação de abordagens e ferramentas sensíveis ao género para compreender e avaliar os impactos, a vulnerabilidade e a adaptação às alterações climáticas" (Secretariado da CQNUAC 2013) desenvolvido no âmbito do PNT.

Com base no workshop, o CC enviou novas recomendações à COP. As Partes, as entidades operacionais do Mecanismo Financeiro e outras entidades relevantes que trabalham na adaptação foram convidadas, pela decisão 4/CP.20, a considerar as seguintes recomendações:

p) Convidar as Partes a sublinharem a importância dos conhecimentos e práticas indígenas e tradicionais, de uma forma compatível com a ciência moderna, para o planeamento e a implementação eficazes da adaptação, incluindo através do incentivo à integração das TILKS no processo dos PAN;

q) Incentivar o Fundo de Adaptação, o Fundo Mundial para o Ambiente e o Fundo Verde para o Clima a melhorarem a sua consideração dos conhecimentos e práticas locais, indígenas e tradicionais e a sua integração no planeamento e nas práticas de adaptação, bem como os procedimentos de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios.

O CC também colaborou com o FWG, o LEG e o NWP na organização de um evento conjunto sobre a integração dos conhecimentos indígenas e locais nas acções de adaptação, que teve lugar durante a COP 25, em Madrid, a 4 de dezembro de 2019.²¹

O CC incorporou TILKS sobre adaptação nas suas publicações técnicas sempre que possível. Por exemplo, o documento técnico do CA sobre "Tecnologias para a adaptação: inovação, prioridades e necessidades na agricultura, nos recursos hídricos e nas zonas costeiras"²² inclui informações e exemplos de tecnologias e práticas tradicionais, indígenas e locais que foram desenvolvidas para lidar com a variabilidade climática e a

19 Esta secção contém informações recebidas pelos membros e colaboradores do Grupo de Trabalho dos PAN. Por conseguinte, as informações não são exaustivas e os membros e colaboradores podem ter trabalhos ou actividades relevantes que não estejam incluídos no presente documento. Para mais informações, consulte as respectivas páginas Web dos membros e colaboradores do Grupo de Trabalho do PAN.

20 Ver documento FCCC/SBSTA/2014/INF.11.

21 Ver: <https://unfccc.int/topics/local-communities-and-indigenous-peoples-platform/events-meetings-and-workshops/joint-event-on-integrating-indigenous-and-local-knowledge-into-adaptation-action#Remote-Participation>.

22 Ver: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/AC_TechnologiesForAdaptation_AgricultureWaterCoastalZones.pdf

extremos. Os exemplos no documento técnico incluem técnicas indígenas na agricultura e na gestão da água.

Além disso, o documento técnico do CC sobre "Dados para a adaptação a diferentes escalas espaciais e temporais"²³ inclui informações sobre uma abordagem "bot-tom-up" das projecções para estudos de impacto climático que utiliza os conhecimentos locais juntamente com dados históricos e de observação quantitativos, bem como a interpretação dos dados utilizando os conhecimentos locais para ajudar os decisores locais.

2. Grupo de Trabalho Facilitador das Comunidades Locais e Povos Indígenas Plataforma: Promover o envolvimento ético e equitativo dos conhecimentos dos Povos Indígenas e Sistemas Locais de Conhecimento na Adaptação ao Clima

A incorporação dos diversos sistemas de conhecimento e visões de mundo dos Povos Indígenas e das comunidades locais desempenha um papel importante na adaptação holística ao clima. Reconhecendo este facto, a COP 21 estabeleceu o LCIPP para melhorar o envolvimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais na abordagem da mitigação e adaptação às alterações climáticas de uma forma holística e integrada.

Na COP 23, foi decidido que a LCIPP promoveria a troca de experiências e boas práticas, criaria capacidade de engajamento e integraria diversos sistemas de conhecimento e inovações nas políticas e ações climáticas. Para operacionalizar ainda mais a LCIPP, a COP 24 estabeleceu o FWG, encarregado de facilitar a implementação das funções da plataforma.

O FWG esforça-se por elevar o papel de liderança dos Povos Indígenas e das comunidades locais no esforço coletivo para políticas e ações climáticas transformadoras. Isto é conseguido através de

O FWG promove a participação plena e efectiva dos Povos Indígenas e das comunidades locais na realização dos objectivos da Convenção e do Acordo de Paris. O FWG promove a participação plena e efectiva dos Povos Indígenas e das comunidades locais na concretização dos objectivos da Convenção e do Acordo de Paris.

Para atingir esses objetivos, o FWG reuniu detentores de conhecimento de todas as sete regiões socioculturais indígenas da ONU nas sessões da COP desde a COP 26, enriquecendo as discussões e colaborações no âmbito do processo da UNFCCC. Adicionalmente, foram organizados encontros regionais para as regiões socioculturais indígenas da ONU na Ásia, África, Ártico e Pacífico para facilitar a troca de experiências e conhecimentos a nível regional, aumentando o alcance, a eficácia e o impacto do trabalho do LCIPP.

Servindo como uma "porta de entrada", tal como descrito pelo seu antigo copresidente, o GF tem facilitado a participação e os contributos dos Povos Indígenas e das comunidades locais no âmbito do processo da UNFCCC. Os representantes do GF têm contribuído regularmente para as deliberações dos órgãos constituídos e têm participado em vários grupos de peritos e de aconselhamento, incluindo o Grupo de Trabalho do PNA. O FWG tem colaborado com onze dos 16 órgãos constituídos, bem como com entidades externas, como agências da ONU, o IPCC, organizações regionais de povos indígenas e instituições financeiras. Essas colaborações têm como objetivo tecer os valores, as visões de mundo e o conhecimento dos Povos Indígenas e dos sistemas de conhecimento locais no esforço coletivo para lidar com as mudanças climáticas e criar resiliência.

A COP e a CMA reconheceram de forma consistente o importante papel do conhecimento dos Povos Indígenas e das comunidades locais. Instaram as Partes a envolver estas comunidades na conceção e implementação de políticas e ações climáticas. Para aprofundar a compreensão colectiva e promover o envolvimento ético e equitativo com estes conhecimentos

23 Ver: <https://unfccc.int/process-and-meetings/bodies/constituted-bodies/publications-bulletin/data-for-adaptation-at-different-spatial-and-temporal-scales>.

No que respeita aos sistemas de informação, o FWG realizou uma série de workshops de formação para o reforço das capacidades das Partes e de outras entidades relevantes. São feitos esforços contínuos para facilitar a transmissão deste conhecimento através de histórias de casos concretos.

Contribuindo para o balanço global, o GTF preparou relatórios de síntese que enriquecem os diálogos técnicos com as ideias dos Povos Indígenas e dos sistemas de conhecimento locais. O FWG também participou em workshops que conduziram à adoção da Framework dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global, integrando visões do mundo enraizadas no profundo respeito pela natureza e na equidade intergeracional no esforço coletivo para concetualizar e perseguir o objetivo global de adaptação.

Olhando para o futuro, o FWG incluiu resultados dedicados no plano de trabalho de LCIPP para 2025-2027 para facilitar ainda mais o envolvimento ético e equitativo de diversos sistemas de conhecimento. Isto inclui a compilação de histórias de casos em diversos formatos - reconhecendo que os Povos Indígenas e as comunidades locais transmitem frequentemente conhecimentos através de tradições orais e práticas culturais - para enriquecer a conceção e implementação de políticas e acções climáticas que respeitem e se envolvam com os conhecimentos dos Povos Indígenas e dos sistemas de conhecimento locais.

3. Menos desenvolvidos Grupo de Peritos dos Países Menos Avançados (GEP)

O LEG fornece apoio técnico e orientação aos Países Menos Desenvolvidos (PMD) para o processo de formulação e implementação de PNA, incluindo formações, orientação técnica, desenvolvimento de

formação, orientação técnica, desenvolvimento de reservas de projectos de adaptação nos PMD, assistência no envolvimento de múltiplos intervenientes no processo dos PAN, incluindo comunidades locais e povos indígenas, entre outros.

As diretrizes técnicas do PNA preparadas pelo GLE contêm disposições relativas à aplicação das TILKS no processo de formulação e implementação dos PNA (GLE 2012). Além disso, o LEG mantém uma base de dados com materiais técnicos suplementares adicionais, que incluem informações sobre TILKS para adaptação.²⁴

O LEG organizou várias sessões durante as exposições dos PAN ao longo dos anos sobre TILKS na formulação e implementação dos PAN, incluindo uma sessão sobre "Construindo bases de conhecimento essenciais e conscientização para apoiar considerações de comunidades, grupos e ecossistemas vulneráveis nos PAN" em 2017,²⁵ um evento sobre "Aplicando conhecimento tradicional e indígena" em 2018,²⁶ uma sessão técnica em colaboração com o NWP sobre "Avaliando o progresso na adaptação em grupos vulneráveis, vulneráveis, comunidades e ecossistemas", em 2019,²⁷ workshops sobre "Ação climática por intervenientes não estatais", em 2023,²⁸ bem como uma formação sobre "Focalização em grupos e comunidades vulneráveis, incluindo em termos de género, juventude, povos indígenas e comunidades locais na implementação dos PAN"²⁹ e uma reunião sobre a consideração dos princípios orientadores dos PAN,³⁰ incluindo o princípio de "tomar em consideração os conhecimentos tradicionais e indígenas", em 2024.

A publicação do LEG "Considerações sobre grupos vulneráveis, comunidades e ecossistemas no contexto da adaptação nacional

²⁴ Ver: <https://napcentral.org/supplementary-materials-library>.

²⁵ Ver: <http://napexpo.org/kampala/sessions/parallel-session-10a-building-essential-knowledge-bases-and-awareness-to-support-considerations-of-vulnerable-communities-groups-and-ecosystems-in-naps/>.

²⁶ Ver: <http://napexpo.org/2018/sessions/parallel-session-8b/>

²⁷ Ver: <https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/workstreams/nairobi-work-programme-nwp/workshops-meetings/assessing-progress-in-adaptation-in-vulnerable-groups-communities-and-ecosystems-a-technical-session>.

²⁸ Ver: <https://napexpo.org/2023/sessions/4-1-2-robust-and-accelerated-climate-action-by-non-state-actors-race-2-resilience-cr2-and-r2r/>.

²⁹ Ver: <https://expo.napcentral.org/2024/sessions/focusing-on-vulnerable-groups-and-communities-in-implementing-naps/>.

³⁰ Ver: <https://unfccc.int/event/nap-assessment-mtg-2024>.

(UNFCCC 2018) contém informações e recomendações sobre formas de envolver grupos e comunidades vulneráveis, incluindo povos indígenas e comunidades locais, e integrar os seus conhecimentos e experiência no planeamento e implementação da adaptação.

4. Fundo Mundial para o Ambiente (GEF)

O GEF é uma das primeiras instituições financeiras internacionais a desenvolver uma política independente de envolvimento com a sociedade civil, incluindo os Povos Indígenas, que fornece a base para a participação dos Povos Indígenas em todos os aspectos do trabalho do GEF. Nos últimos anos, o GEF reforçou a sua parceria com os Povos Indígenas de várias formas, adoptando os Princípios e Diretrizes para o Envolvimento com os Povos Indígenas³¹ e a Política sobre as Normas Mínimas das Agências em matéria de Salvaguardas Ambientais e Sociais, que inclui uma norma mínima dedicada aos Povos Indígenas. O GEF também criou o Grupo Consultivo para as Populações Indígenas (IPAG), que é composto por representantes das populações indígenas de diferentes regiões. O IPAG funciona como uma plataforma para garantir que os direitos, conhecimentos e prioridades das comunidades indígenas são reconhecidos e integrados nos projectos e programas do GEF. O GEF também organiza consultas às organizações da sociedade civil antes de cada reunião do Conselho para discutir o envolvimento e concentrar-se em temas-chave de prioridades para a parceria do GEF.

Sendo os primeiros fundos dedicados à adaptação às alterações climáticas no âmbito da CQNUAC, o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF) e o Fundo Especial para as Alterações Climáticas (SCCF) têm apoiado uma vasta carteira de iniciativas de adaptação nos PMD e noutros países em desenvolvimento. O LDCF aborda as prioridades urgentes dos PMD em matéria de adaptação e desempenha um papel muito importante ao permitir que os PMD identifiquem as suas necessidades de adaptação.

As prioridades de adaptação através do apoio à preparação dos PANA. Além disso, o LDCF apoia a implementação das prioridades dos PAN, bem como as questões articuladas no programa de trabalho dos PMD. O SCCF, por outro lado, adopta uma abordagem inovadora que visa os principais factores de vulnerabilidade em países não pertencentes aos PMD, centrando-se na tecnologia, na inovação e no envolvimento do sector privado. A actual estratégia de adaptação do GEF³² para 2022-2026 coloca uma tónica renovada nas comunidades locais, como um dos três domínios prioritários do LDCF. A participação através de parcerias para a inclusão e de uma abordagem que envolva toda a sociedade é crucial para reforçar os esforços e aproveitar os conhecimentos, as experiências e as capacidades dos indivíduos e grupos afectados e interessados, especialmente a nível local, a fim de aumentar a resiliência às alterações climáticas e a capacidade de adaptação das comunidades e da sociedade no seu conjunto.

Além disso, no âmbito do LDCF/SCCF, o GEF criou oportunidades concretas para a inclusão através do Programa de Desafio da Assembleia Inclusiva do GEF, onde 23 organizações da sociedade civil foram seleccionadas numa base competitiva para receberem subsídios até 100.000 dólares para expandirem as suas iniciativas e construir uma rede de aprendizagem mútua e partilha de conhecimentos. O Programa de Desafio da Assembleia Inclusiva do GEF foi criado em preparação para a sétima Assembleia do GEF, realizada em agosto de 2023, para demonstrar o compromisso do GEF em envolver organizações da sociedade civil, povos indígenas, jovens e grupos comunitários locais no fornecimento de adaptação climática inclusiva e benefícios ambientais globais.

Além disso, o GEF continua a incentivar as suas Agências Implementadoras a aumentar o seu envolvimento e apoio às mulheres, jovens, comunidades locais e Povos Indígenas. As políticas do GEF sobre o Envolvimento das Partes Interessadas, Igualdade de Género e os seus Princípios e Diretrizes para o Envolvimento com os Povos Indígenas foram concebidos para completar o envolvimento das partes interessadas.

31 Ver: <https://www.thegef.org/documents/indigenous-peoples>.

32 Ver o documento Estratégia de Programação sobre Adaptação às Alterações Climáticas para o LDCF e o SCCF para o período GEF-8 de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2026 em: https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/2022-06/EN_GEF.LDCF_SCCF_32.04.Rev_01_GEF%20Programming_Strategy_Adaptation_Climate_Change_LDCF_SCCF_GEF8_July_2022_June%202026_Operational_Improvements.pdf.

ment and reinforce key dimensions of the-se stakeholders' engagement with the GEF, particularly in the design and implementation of GEF projects and programs. O GEF também fornece plataformas, como a Assembleia do GEF, COPs, Seminários e Workshops do GEF, para que as Agências Implementadoras mostrem os resultados positivos de seus projetos decorrentes do envolvimento e apoio a mulheres, jovens, comunidades locais e Povos Indígenas.

5. Fundo Verde para o Clima (GCF)

A Política para os Povos Indígenas do GCF destaca nos seus objectivos a importância de promover o conhecimento tradicional, reconhecendo a ligação entre os sistemas de conhecimento indígena e a liderança em matéria de alterações climáticas e as acções de mitigação e adaptação. O carácter holístico de diversos sistemas de conhecimento, por exemplo, a ligação ao património cultural e à natureza de género, é também referido nos objectivos da Política dos Povos Indígenas.

As primeiras orientações da COP solicitam que o GCF "melhore a consideração dos conhecimentos e práticas locais, indígenas e tradicionais e a sua integração no planeamento e nas práticas de adaptação, bem como os procedimentos de monitorização, avaliação e comunicação" foram incorporados na introdução e na fundamentação da Política. As decisões subsequentes sobre esta matéria³³também foram tidas em conta pelo Conselho do GCF, que reconheceu que "os conhecimentos e práticas tradicionais, locais e indígenas são suficientes para constituir a base para a demonstração do potencial de impacto das actividades apoiadas pelo GCF".³⁴

Todas as actividades financiadas pelo GCF são examinadas pelo Especialista em Povos Indígenas do Fundo antes da aprovação do Conselho de Administração e as propostas de financiamento que têm potencial para promover o conhecimento indígena sobre adaptação e mitigação são assinaladas nas avaliações como trazendo co-benefícios nesta área.

A Política para os Povos Indígenas compromete o GCF a gerar e partilhar conhecimentos com vista à implementação do parágrafo 135 da decisão 1/CP.21, especificamente para reforçar os sistemas de conhecimento dos povos indígenas que fazem parte integrante da adaptação às alterações climáticas e da implementação do LCIPP.

A Política para os Povos Indígenas exige que o secretariado do GCF documente a experiência e os conhecimentos que serão adquiridos com a implementação desta Política e identifique as boas práticas dos Estados e das entidades acreditadas.

6. Comité Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (WIM ExCom)

O ExCom do WIM orienta a implementação das funções do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos, que tem como objetivo lidar com as perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas, incluindo eventos extremos e eventos de início lento, nos países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas.

O trabalho realizado pelo ExCom do WIM no âmbito da sua vertente de trabalho (b) sobre perdas não económicas inclui o reforço da cooperação e da facilitação para evitar, minimizar e resolver a perda do património cultural e dos conhecimentos indígenas. Neste contexto, o seu trabalho inclui a expansão do conhecimento sobre o papel dos conhecimentos tradicionais na prevenção, minimização e tratamento das perdas não económicas.³⁵O ExCom do WIM tem dois membros designados como ligação em assuntos relacionados com os povos indígenas com o FWG.

O ExCom do WIM envolve a UNESCO e o FWG como membros do seu grupo de peritos em perdas não económicas (NEL) como forma de canalizar

33 Ver Decisão 4/CP.20, parágrafo 4, Decisão 6/CP.26, parágrafo 7, Decisão 16/CP.27, parágrafo 20.

34 Ver resposta às Orientações da COP 26, documento GCF B.33/12.

35 Atividade 25.

perspectivas daqueles que estão na vanguarda das alterações climáticas, e para integrar as perspectivas de perdas e danos através das suas redes. No âmbito do Plano de Ação do grupo de peritos em NELs, o WIM ExCom está atualmente a desenvolver um documento que actualiza o documento técnico de 2013 sobre perdas não económicas. O documento atualizado inclui especificamente um capítulo sobre um espectro de ação para evitar, minimizar e abordar a perda de património cultural (tangível e intangível).

O plano de trabalho quinquenal do WIM ExCom também inclui actividades transversais relacionadas com o TILKS, tais como

- Colaborar com a comunidade científica, incluindo os detentores de conhecimentos indígenas, tradicionais e locais, no que respeita a informações e dados relacionados com a prevenção, a minimização e a resolução de perdas e danos, nomeadamente informando-os sobre as lacunas de conhecimentos e capacidades, e facilitar a investigação e a partilha de boas práticas;³⁶
- Envolver aqueles que estão na linha da frente das alterações climáticas, incluindo os povos indígenas e as comunidades locais, por exemplo,

através da integração das considerações relevantes no trabalho do Comité, do Grupo de Trabalho e da Ação para a Capacitação Climática (ACE);³⁷

- Reforço da cooperação e da facilitação em relação às perdas não económicas.

O ExCom 20 (março de 2024) utilizou o seu ponto de agenda permanente sobre como a ciência mais recente pode informar a elaboração de políticas relevantes para as perdas e danos, para aprofundar os aspectos relacionados com os conhecimentos tradicionais e indígenas. A reunião foi informada por três Detentores de Conhecimento Indígenas de três regiões socioculturais distintas que ilustraram boas práticas sobre como os Povos Indígenas evitam, minimizam e abordam as perdas e danos nas suas respetivas regiões.

Em seu evento paralelo realizado no SB 60 (junho de 2024), com foco no aprendizado de países e comunidades que respondem a perdas e danos não económicos,³⁸ o ExCom do WIM também apresentou perspectivas de comunidades locais e Povos Indígenas em resposta à perda de heranças culturais e conhecimento indígena.

36 Atividade 10.

37 Atividade 11.

38 Ver: <https://unfccc.int/event/wimexcomSB60>.

VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base na análise apresentada neste resumo político, incluindo a identificação de boas práticas e lições aprendidas, desafios e oportunidades, e a avaliação do progresso com base em relatórios nacionais no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris, pode-se concluir que, embora tenha havido progresso para incluir significativamente os TILKS em planos e ações de adaptação, mais precisa ser feito para alavancar todo o potencial da aplicação desses sistemas de conhecimento à adaptação, bem como para envolver de forma adequada e equitativa os Povos Indígenas e as comunidades locais no ciclo iterativo de adaptação.

As TILKS podem contribuir para o desenvolvimento de soluções de adaptação eficazes, específicas do contexto, socioculturais, sustentáveis, resilientes, flexíveis e econômicas, quando aplicadas de forma adequada, tendo em conta o contexto e complementadas com conhecimentos científicos. Estes sistemas de conhecimento podem fornecer informações relevantes para as medidas de adaptação, incluindo práticas relacionadas com a água, a agricultura, a utilização de recursos naturais, a conservação e recuperação de solos e a arquitetura resiliente e funcional, entre outras.

Além disso, as TILKS e as práticas relacionadas podem ser integradas com novas tecnologias para desenvolver produtos, técnicas e outras soluções de adaptação. A este respeito, é essencial que os Povos Indígenas e as comunidades locais tenham acesso direto às novas tecnologias, trabalhem em conjunto com cientistas e investigadores e beneficiem diretamente das inovações.

Os esforços proactivos de adaptação, incluindo a adaptação transformacional e incremental a longo prazo, bem como as abordagens holísticas, proporcionam uma oportunidade para integrar TILKS, valores e visões do mundo na adaptação, incluindo os entendimentos indígenas dos direitos da natureza

e a profunda interconexão da humanidade com o ambiente natural.

Além disso, a implementação de medidas de adaptação baseadas nas TILKS pode contribuir significativamente para a implementação do Quadro dos EAU para a Resiliência Climática Global e outros quadros internacionais, incluindo a obtenção de sinergias e co-benefícios para outras áreas relacionadas com os ODS.

Tal como este resumo demonstra, as TILKS podem ter um papel a desempenhar em todas as fases do ciclo iterativo de adaptação, incluindo o fornecimento de informações relevantes para avaliações de impacto, vulnerabilidade e risco; a integração em planos e políticas de adaptação a todos os níveis; o reforço da implementação; e a contribuição para a monitorização e avaliação dos esforços de adaptação e para a aprendizagem com os mesmos. A este respeito, é importante que as comunidades locais e os povos indígenas façam parte dos processos de desenvolvimento e de tomada de decisões sobre a adaptação, nomeadamente através de disposições institucionais específicas, para garantir que as políticas respondem às suas populações, são adaptadas aos contextos específicos, apoiam as práticas locais e reforçam a preservação das TILKS, dos valores e das visões do mundo.

Os mecanismos de apoio são cruciais para facilitar a integração das TILKS na adaptação. No que diz respeito ao financiamento, as boas práticas incluem instrumentos de financiamento orientados, dotações orçamentais específicas, acesso direto ao financiamento pelos Povos Indígenas e comunidades locais, bem como o desenvolvimento e apoio de fundos liderados pelos Povos Indígenas e comunidades locais. Além disso, são necessárias iniciativas específicas de capacitação e formação por parte dos governos e de outras organizações, esquemas de aprendizagem entre pares e iniciativas de cooperação Sul-Sul para reforçar os esforços neste sentido.

Podem ser desenvolvidos diferentes mecanismos de sensibilização para disseminar os TILKS e as práticas dentro e fora das comunidades indígenas e locais em que foram desenvolvidos, incluindo plataformas de troca de conhecimentos e diálogos entre comunidades indígenas e locais, decisores políticos e outras partes interessadas. A educação formal e os mecanismos tradicionais de aprendizagem baseados na comunidade também têm um papel a desempenhar na preservação e difusão dos TILKS.

Com base nas informações apresentadas, podem ser feitas as seguintes recomendações aos governos e a outras partes interessadas envolvidas em acções de adaptação:

r) Devem ser feitos esforços acrescidos para reconhecer a relevância das TILKS para a adaptação e para integrar estes sistemas de conhecimento em todas as etapas do ciclo de adaptação iterativo, de acordo com os contextos específicos e conforme apropriado;

s) The use of TILKS needs to be implemented with the engagement of Indigenous Peoples and local communities, based on principles including mutual trust and respect; involvement of Indigenous and local know-

em todas as fases de avaliação; consentimento livre, prévio e informado; e partilha de benefícios, entre outros e conforme apropriado;

t) As comunidades locais e os povos indígenas devem ser capacitados para identificar as suas próprias vulnerabilidades às alterações climáticas e os impactos nos seus territórios, bem como as acções e abordagens de adaptação que estão de acordo com os seus valores culturais e contextos específicos, com base nos seus conhecimentos e observações tradicionais;

u) É necessário incluir objectivos e acções específicos sobre os TILKS nos planos e projectos de adaptação, a fim de os integrar eficazmente e medir os progressos realizados a este respeito;

v) Devem ser atribuídos meios de implementação adequados para a aplicação das TILKS na adaptação;

w) Recomenda-se que os organismos constituídos relevantes para a adaptação no âmbito da CQNUAC e do Acordo de Paris, bem como as entidades operacionais do Mecanismo Financeiro, realizem actividades futuras e aumentem os seus esforços actuais para apoiar a aplicação das TILKS na adaptação.





IX. REFERÊNCIAS

- Beauchamp, Emily, Timo Leiter, Patrick Pringle, Nick Brooks, Shafaq Masud e Patrick Guerdat. 2024. "Toolkit for Monitoring, Evaluation, and Learning for National Adaptation Plan Processes". Winnipeg, Canadá: Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/napgn-en-2024-mel-toolkit-nap-processes.pdf>.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2016. "Plano Nacional de Adaptação: Volume I: Estratégia Geral". Portaria MMA 150 de 10 de maio de 2016. Brasília: MMA. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Brazil-NAP-English.pdf>.
- CBD. 2011. "Factsheet on the Nagoya Protocol on Access and Benefit-Sharing." <https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/web/factsheet-nagoya-en.pdf>.
- . 2024. "Scientific and Technical Review of the Traditional Knowledge Indicators and Their Suggested Links with the Headline, Component and Complementary Indicators of the Monitoring Framework for the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework - CBD/SBSTTA/26/INF/11."
- . n.d. "Artigo 8(J) - Conhecimento Tradicional, Inovações e Práticas." Acedido em 24 de julho de 2024. <https://www.cbd.int/traditional/intro.shtml>.
- Crawhall, Nigel. 2016. "An Introduction to Integrating African Indigenous & Traditional Knowledge in National Adaptation Plans, Programmes of Action, Platforms and Policies." Cidade do Cabo: Comitê de Coordenação dos Povos Indígenas de África, IPACC. <https://ipacc.org.za/wp-content/uploads/2020/02/LimaReportFinal.pdf>.
- Dazé, Angie, Aurélie Ceinos, e Karl Deering. 2020. "Climate Vulnerability and Capacity Analysis Handbook." CARE. <https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2016/06/CARE-CVCA-Handbook-EN-v0.8-web.pdf>.
- FAO. 2021. "Medición de Seguridad Alimentaria En Territorios Indígenas - Casos Prácticos: El Salvador y Panamá." Panamá: FAO.
- Galloway McLean, Kirsty. 2010. Advance Guard: Climate Change Impacts, Adaptation, Mitigation and Indigenous Peoples - A Compendium of Case Studies (Povos Indígenas - Um Compêndio de Estudos de Caso). Darwin, Austrália: Universidade das Nações Unidas - Iniciativa de Conhecimento Tradicional.
- GCF. 2024. "Indigenous Peoples" (Povos Indígenas). 2024. <https://www.greenclimate.fund/projects/sustainability-inclusion/ip>.
- GEO Indigenous Alliance, dir. 2021. Cimeira Indígena GEO 2020, Intervenção de Einar Bjørge (UNITAR) sobre RRD e Ação Climática. Genebra. <https://www.youtube.com/watch?v=ebWZCO4Bj1g>.
- Governo do Canadá. 2023a. "Programa de monitoramento climático baseado na comunidade indígena". 12 de janeiro de 2023. <https://www.rcaanc-cirnac.gc.ca/eng/1509728370447/1594738205979#sec5>.
- . 2023b. "Programa de Monitoramento do Clima baseado na comunidade indígena: Projetos financiados em 2022-2023." 9 de maio de 2023. <https://www.rcaanc-cirnac.gc.ca/eng/1692714043860/1692714083352>.
- Governo do Peru, Ministério do Ambiente. 2021. "Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático Del Perú: Un Insumo Para La Actualización de La Estrategia Nacional Ante El Cambio Climático." Lima. https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents/Parties/Per%c3%ba_NAP_Spanish.pdf.pdf.
- Ihirangi. 2021. "Explorando uma estrutura de visão de mundo indígena para o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas". <https://environment.govt.nz/assets/publications/Exploring-an-indigenous-worldview-framework-for-the-national-climate-change-adaptation-plan.pdf>.
- Kit de ferramentas de monitoramento climático indígena. 2024. "Kit de ferramentas de monitoramento do clima indígena". 2024. <https://indigenousclimatemonitoring.ca/>.



- I. IPBES. 2019. Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos da Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Editado por ES Brondízio, J Settele, S Díaz e HT Ngo. Bona: Secretariado da IPBES. <https://ipbes.net/global-assessment>.
- . 2021. "IPBES Core Glossary". 2021. <https://www.ipbes.net/node/16454>.
- II. IPCC. 2014. "Resumo para os decisores políticos". Em Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, editado por Christopher B. Field, Vicente R. Barros, David J. Dokken e Katharine J. Mach. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/>.
- . 2019. Relatório Especial do PIAC sobre Alterações Climáticas, Desertificação, Degradação dos Solos, Gestão Sustentável dos Solos, Segurança Alimentar e Fluxos de Gases com Efeito de Estufa nos Ecossistemas Terrestres. Editado por P. R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, e V. Masson-Delmotte. <https://www.ipcc.ch/report/srccl/>.
- III. ---. 2022a. "Anexo II: Glossário". Em Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, editado por Vincent Möller, Renée van Diemen, J.B. Robin Matthews, Jan S. Fuglestedt, Carlos Mendez, Andy Reisinger e Sergey Semenov, 2897-2930. , Cambridge, Reino Unido e Nova Iorque, NY, EUA: Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/annex-ii/>
- IV. ---. 2022b. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability [Alterações Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade]. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. Editado por HO Pörtner, DC Roberts, M Tignor, e ES Poloczanska. Cambridge: Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>.
- . 2023. "Resumo para os decisores políticos". Em Climate Change 2023: Relatório de Síntese. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, 1-34. Genebra: IPCC. https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf
- V. Kuckartz, Udo, e Stefan Rädiker. 2019. Analisando Dados Qualitativos com MAXQDA: Text, Audio, and Video. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15671-8>.
- VI. LEG. 2012. Planos Nacionais de Adaptação: Diretrizes técnicas para o processo do Plano Nacional de Adaptação. Bona: UNFCCC. <https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Guidelines/Pages/Technical-guidelines.aspx>.
- LICCI. 2023. "Resumo da Política de Indicadores Locais dos Impactos das Alterações Climáticas". União Europeia: Local Indicators of Climate Change Impacts. <https://www.licci.eu/wp-content/uploads/2023/07/licci-policy-brief-standard-july.pdf>.
- VII. Ministério do Ambiente da Nova Zelândia. 2022. "Primeiro Plano Nacional de Adaptação de Aotearoa Nova Zelândia". Wellington: Ministério do Ambiente.
- Ministério da Agricultura e do Ambiente, Cabo Verde. 2021. "Plano Nacional de Adaptação de Cabo Verde". Praia.
- Ministério dos Recursos Naturais e da Sustentabilidade Ambiental, Governo da Malásia. 2024. "Quarto Relatório de Comunicação Nacional da Malásia no âmbito da UNFCCC". Putrajaya. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/NRES_NC4_To%20UNFCCC_2024%20v1.0.pdf.
- VIII. NWP. 2014. "Indigenous and Traditional Knowledge and Practices for Adaptation: Overview, Available Tools, Good Practices and Lessons Learned." Série de sinopses NWP. UNFCCC. https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/4_synopsis_itkp.pdf.
- Orlove, B., N. Dawson, P. Sherpa, I. Adelman, W. Alangui, R. Carmona, D. Coen, et al. 2022. "Intangible Cultural Heritage, Diverse Knowledge Systems and Climate Change. Contribuição do Knowledge Systems Group I para a Reunião Internacional Co-Patrocinada sobre Cultura, Património e Alterações Climáticas." Livro Branco do ICSM CHC. Charenton-le-Pont & Paris, França: ICOMOS & ICSM CHC.
- IX. Secretaria de Estado do Ambiente, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, República Democrática de Timor-Leste. 2021. "Plano Nacional de Adaptação de Timor-Leste: Abordar os Riscos Climáticos e Criar Resiliência Climática". Díli. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/NAP-Timor-Leste-2021.pdf>.



Subramanian, Suneetha M., e Balakrishna Pisupati, eds. 2010. *Traditional Knowledge in Policy and Practice : Approaches to Development and Human Well-Being*. Tóquio: United Nations University Press.

Tfwala, Samkele, Sizwe Mabaso, Minky Groenewald, Khetsiwe Khumalo, Siphon Matsebula e Gugu Sibandze. 2023. "Conhecimentos tradicionais e indígenas para a adaptação às alterações climáticas em Eswatini". Briefing Note. NAP Global Network. <https://napglobalnetwork.org/wp-content/uploads/2023/03/napgn-en-2023-traditional-indigenous-knowledge-eswatini.pdf>.

Campeões de Alto Nível das Nações Unidas para as Alterações Climáticas - Corrida para a Resiliência. 2024. "Povos Indígenas e a Corrida para Garantir o Financiamento Autodeterminado". 2024. <https://climatechampions.unfccc.int/system/indigenous-peoples-finance/>.

Conselho dos Direitos Humanos da ONU. 2017. "Relatório do Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Documento A/HRC/36/46." <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/q17/330/97/pdf/q1733097.pdf?token=BM69HmYQMWdcmaKOW&fe=true>.

PNUD. 2023. "Re-Envisioning Climate Change Adaptation Policy to Sustain Peace: A Typology and Analysis of os Planos Nacionais de Adaptação". Nova Iorque: PNUD. <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-05/Re-envisioning%20Climate%20Change%20Adaptation%20to%20Sustain%20Peace%20-%20UNDP.pdf>.

UNDRR e ICCROM. 2022. "Palavras em Ação: Utilização do Conhecimento Tradicional para a Redução do Risco de Catástrofes". Série de Diretrizes Palavras em Ação. Genebra: UNDRR.

UNESCO. 2012. "Weathering Uncertainty: Traditional Knowledge for Climate Change Assessment and Adaptation". Paris e Darwin: UNESCO e UNU.

---. 2017. "Conhecimento local, objectivos globais". Paris: UNESCO.

---. 2018. "Conhecimento Indígena para Avaliação e Adaptação às Alterações Climáticas". 2. Local & Indigenous Knowledge. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e UNESCO.

UNFCCC. 2011. "Avaliação dos Impactos das Alterações Climáticas e da Vulnerabilidade: Making Informed Adaptation Decisions". Highlights of the Contribution of the Nairobi Work Programme [Destaques da contribuição do programa de trabalho de Nairobi]. Bona: UNFCCC. https://unfccc.int/resource/docs/publications/pub_nwp_making_informed_adaptation_decisions.pdf.

---. 2018. "Considerações sobre grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis no contexto dos Planos Nacionais de Adaptação: Grupo de Peritos dos Países Menos Desenvolvidos". Publicação. Bona: UNFCCC. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Considerations%20regarding%20vulnerable.pdf>.

---. 2022. "Tecnologias para a Adaptação: Innovation, Priorities and Needs in Agriculture, Water Resources and Coastal Zones" (Inovação, prioridades e necessidades na agricultura, recursos hídricos e zonas costeiras). Bona: UNFCCC. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/AC_TechnologiesForAdaptation_AgricultureWaterCoastalZones.pdf.

Secretariado da UNFCCC. 2013. "Melhores Práticas e Ferramentas Disponíveis para a Utilização de Conhecimentos e Práticas Indígenas e Tradicionais para a Adaptação, e a Aplicação de Abordagens e Ferramentas Sensíveis ao Género para a Compreensão e Avaliação de Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas." Documento técnico FCCC/TP/2013/11. Bona: UNFCCC. <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2013/tp/11.pdf>.

ACNUR e IIPFCC. 2020. "Indigenous Peoples' Knowledge and Climate Adaptation." <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/5f3104104.pdf>.

Departamento de Meteorologia e Geo-perigos de Vanuatu, VanKIRAP e SPREP. 2023. "Caderno de Indicadores Nacionais do Conhecimento Tradicional de Vanuatu". Port Vila: SPREP. <https://library.sprep.org/sites/default/files/2023-11/Vanuatu-National-TK-Indicators-Booklet.pdf>.

Watson, Julia. 2020. *Lo-TEK: Design by Radical Indigenism*. Colónia: Taschen.

WIPO. n.d. "Conhecimento Tradicional". Acessado em 24 de julho de 2024. <https://www.wipo.int/tk/en/tk/>.

